

Uma guerra que mobiliza a Nação. Todos contra o analfabetismo!

*Sendo o Brasil uma Nação moderna, a força viva que deve impulsioná-lo para o progresso a que tem direito é a Instrução que molda o caráter, impulsiona a indústria, o trabalho, e vigora a unidade da Pátria, elevando-a a um nível mais alto que o das demais, por isto que os brasileiros não devem esquecer um só momento do lema da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo: Combater o analfabetismo é dever de honra de todo brasileiro!*¹

¹ Trecho retirado de uma conferência da LBCA. Ver **Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, op. Cit.**, pp.31 e 32.

A campanha de combate ao analfabetismo, empreendida pela LBCA, encontrou apoio nos diversos cantos do Brasil. A chamada feita à população brasileira visando declarar guerra àquele que era considerado nosso maior mal atingiu muitos estados. Foram fundadas seções da Liga Contra o Analfabetismo em 20 estados brasileiros.² Neste capítulo, percorreremos as ações em favor da instrução primária que se alastraram pelo território nacional, analisando como se deu esta luta contra o analfabetismo entre os anos de 1915 e 1922. O objetivo é acompanhar a expansão das ações da LBCA por todo o país. Para isto, utilizaremos as informações obtidas através das diversas notícias que chegavam à LBCA vindas dos estados e localidades acerca das instalações de Ligas e sobre a nomeação e atuação dos delegados da Liga Brasileira.

Um dos primeiros estados a manifestar apoio à LBCA foi Minas Gerais que já em 1915 envia à LBCA a notícia de que havia sido inaugurada no dia 12 de outubro a Liga Barbacense Contra o Analfabetismo. A cerimônia de inauguração contou com uma conferência de Maria Lacerda Moura³.

O estado do Rio de Janeiro promoveria sua primeira ação em prol da luta contra o analfabetismo através da cidade de Campos, onde em novembro realizou-se, na Escola de Aprendizes Artífices, uma festa em homenagem ao dia da bandeira, organizada pelo diretor Thiers Cardoso; ali se levantou a idéia de fundar na localidade uma Liga Contra o Analfabetismo, filiada à Liga Brasileira. Nesta festa, surge também a idéia de convidar Olavo Bilac para uma conferência na cidade em dezembro daquele ano.⁴ Olavo Bilac e suas conferências cívico-patrióticas tornar-se-ia, conforme já apontamos, uma das lideranças de movimentos nacionalistas durante a Primeira República, incentivando o

² Ver ANEXO IV.

³ Ver “Uma campanha patriótica. Prosseguem vitoriosamente os trabalhos da Liga Contra o Analfabetismo”. *A Noite*, 15/10/1915, p.4. A escritora mineira Maria Lacerda Moura foi uma das atuantes personagens da Liga em Barbacena, sendo uma de suas fundadoras. Maria Lacerda Moura formou-se na Escola Normal de Barbacena em 1904, onde também lecionou. Envolveu-se com o movimento operário anarquista, participando diretamente do movimento operário sindical. Foi uma das pioneiras do feminismo no Brasil. Entre 1918 e 1919, morando em São Paulo, publicou dois livros sobre a instrução das mulheres como instrumento transformador de suas vidas e assumiu a presidência da Federação Internacional Feminina (criada por mulheres das cidades de Santos e São Paulo). Ver **Maria Lacerda Moura** (1887-1945). Disponível em <http://netsaber.com.br/biografias/ver_biografia_c_2349.html>. Acesso em: 14 de abr. 2008 e **Maria Lacerda Moura: trajetória de uma rebelde**. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/nec/textos/gehatex02.pdf>>. Acesso em: 14 de abr. 2008.

⁴ “A Festa da bandeira em Campos”. *A Noite*, 20/11/1915, p.4.

surgimento de instituições como as já mencionadas Liga de Defesa Nacional e Ligas Nacionalistas, assim como a LBCA da qual era sócio fundador.

Outras cidades brasileiras também se manifestavam no combate ao analfabetismo em novembro de 1915, é o caso das cidades de Barra Mansa (RJ) e Bananal (SP), onde se trabalhava ativamente visando fundar Ligas locais a exemplo de outros pontos do interior. À frente da propaganda estava Henrique Zamith, funcionário estadual e diretor do jornal “A Gazetinha” de Barra Mansa, e sua esposa, professora na mesma cidade. Em Bananal, o destaque era para a atuação do poeta José Ramos Nogueira, diretor do jornal “A Rosa”, o industrial Francisco Leite, além de outros proprietários, comerciantes, industriais e jornalistas locais.⁵

Em dezembro, o Rio Grande do Sul adere às causas da LBCA, comunicando, através de carta enviada por Francisco Antônio Xavier, a criação de uma Liga em Passo Fundo (RS) e a criação de um curso gratuito com concorrida frequência. No estado do Paraná, o Centro Paranaense também declarava sua adesão aos ideais da LBCA, esperando instalar em breve instituições congêneres naquele estado.⁶

Iniciam-se ainda as primeiras providências para a fundação de uma Liga na cidade de Niterói, assim como outras em todo o estado do Rio de Janeiro como, por exemplo, a Liga criada na cidade de Campos. A idéia da criação de uma Liga Fluminense Contra o Analfabetismo foi destacada pelo Dr. Luiz Palmier. O Major Maximiano Martins, nomeado delegado da LBCA na capital do estado do Rio vinha desenvolvendo atividades em torno desta iniciativa.⁷ Nilo Peçanha, Presidente do estado do Rio de Janeiro, havia conversado com o Major Maximiano Martins sobre a organização de uma Liga Fluminense Contra o Analfabetismo e declarado seu apoio à fundação da Liga em Niterói, prometendo ainda empreender campanha contra a ignorância, difundindo o ensino primário em todo o estado.⁸

Em 1915 iniciam-se as nomeações de delegados da LBCA. Conforme apontamos no capítulo anterior, a ação destes delegados era essencial para a

⁵ “Os trabalhos da Liga Contra o Analfabetismo”. **A Noite**, 26/11/1915, p.4.

⁶ “Liga Contra o Analfabetismo”. **A Noite**, 03/12/1915, p.4 e “Prosseguem os trabalhos da Liga Contra o Analfabetismo. Importantes adesões”. **A Noite**, 24/12/1915, p.2.

⁷ “Liga Contra o Analfabetismo”. **A Noite**, 17/12/1915, p.4.

⁸ “Prosseguem os trabalhos da Liga Contra o Analfabetismo. Importantes adesões”. **A Noite**, 24/12/1915, p.2.

difusão dos objetivos da Liga, uma vez que eram os delegados que faziam o intercâmbio de informações entre a Liga Brasileira e suas seções. Em outubro daquele ano, o presidente da LBCA declara a nomeação do Dr. Domingos Jaguaribe para delegado da Liga em São Paulo e de Maria Piedade Ennes Belchior com a mesma função em São Luís do Maranhão.⁹ Em dezembro, uma carta foi enviada pelo general Joaquim Inácio, do Rio Grande do Sul, manifestando seu apoio à LBCA, ficando este designado para delegado naquele estado. Por proposta do sócio da Liga Brasileira Luiz Lobo, Gentil Bittencourt, Mário Sá e Octávio Sacramento foram designados delegados no estado do Amazonas, onde pretendiam fundar instituições locais de propaganda contra o analfabetismo.

Ao longo do ano de 1916, aumentam as adesões aos intuitos da LBCA em todo o país. Em fevereiro, Luiz Palmier, um dos principais propagadores das idéias de combate ao analfabetismo no estado do Rio de Janeiro, comunicou à LBCA que já haviam muitos núcleos organizados por sua iniciativa no interior daquele estado, haviam representantes nos municípios de Petrópolis, Sapucaia, Paraíba do Sul, Niterói, Carmo, Duas Barras, Vassouras e Cabo Frio.

O Espírito Santo, através do Centro Espírita de Cachoeiras do Itapemirim, solicita algumas informações à LBCA e o envio de seus estatutos para a fundação de uma seção da Liga naquele estado em maio de 1916. O mesmo procedimento foi feito em relação a José Danny, professor do Patronato Agrícola em Arraial dos Souzas (SP), que desejava trabalhar pela causa da Liga na localidade.

Notícias vindas da cidade de Campos (RJ) destacavam reunião organizada por Thiers Cardoso no edifício da Associação dos Empregados do Comércio, onde se fizeram representar os jornais “Folha do Comércio”, “Monitor Campista”, “A Noite”, “O Rio de Janeiro” e “Gazeta do Povo” a fim de tratar do combate ao analfabetismo. O foco principal da reunião era a necessidade da decretação do ensino primário obrigatório. Organizou-se, então, uma comissão de membros da imprensa visando agir sob o lema “Educação Cívica”.¹⁰ Nota-se que a questão da obrigatoriedade do ensino era uma das principais bandeiras da LBCA, sendo seguida pelas Ligas locais. Além disto, não se pode perder de vista a ênfase

⁹ Ver “Uma campanha patriótica. Prosseguem vitoriosamente os trabalhos da Liga Contra o Analfabetismo”. *A Noite*, 15/10/1915, p.4.

¹⁰ “Contra o Analfabetismo – A imprensa campista quer o ensino obrigatório”. *A Noite*, 13/05/1916, p.3.

constante dada pelos envolvidos com as ações das Ligas Contra o Analfabetismo ao civismo e/ou à virtude cívica que deveria ser aflorada no povo brasileiro.

As manifestações de apoio e as notícias de mobilização no estado do Rio de Janeiro ganharam destaque nas reuniões da LBCA. De acordo com Henrique Milhomes, a Liga Contra o Analfabetismo em São Gonçalo havia ultrapassado o número de 200 associados, além de obter a fundação de escolas diurnas e conseguir que os edifícios das escolas estaduais fossem cedidos para aulas noturnas. Há informações de que no estado do Rio haviam sido criadas mais 36 escolas, louvando-se, neste sentido, o auxílio do Presidente do Estado à causa da instrução e a influência decisiva do Dr. Luiz Palmier nas ações fluminenses.¹¹

Em julho de 1916, o deputado do Rio Grande do Norte, Dr. José Augusto expôs seu trabalho sobre a difusão do ensino primário e sobre a criação de um Conselho Nacional de Educação em sessão da LBCA. A Liga lançou em ata voto de agradecimento ao deputado do Rio Grande do Norte pelo projeto elaborado¹². Naquele mesmo mês, no município de Campos, a campanha pelo ensino primário obrigatório se intensificava com a apresentação, em sessão do Conselho Municipal, de uma representação dos jornalistas campistas pedindo a obrigatoriedade do ensino primário, demonstrando que os jornalistas da cidade buscavam ativamente uma das principais metas no combate ao analfabetismo.¹³

Os estados de Alagoas e Sergipe remetem informações à LBCA em outubro de 1916, o primeiro, através de seu governador, envia ofício com estatística escolar de todo o estado; o segundo informa fundação de sua Liga estadual sob o patrocínio do governador Valadão.¹⁴ Da Bahia, chegam notícias de que o Colégio Pedro II e o Ginásio Ypiranga criaram cursos noturnos gratuitos com grande frequência. Naquele estado estaria se reunindo uma Liga Infantil Contra o Analfabetismo, organizada por alunos da Escola da Companhia Progresso Industrial que tinha sede em Plataforma. Uma ativa propaganda de combate ao analfabetismo estava sendo realizada em Conquista, contando com a contribuição de “O Conquistense”.¹⁵

¹¹ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo. Comemoração do primeiro aniversário”. *A Noite*, 15/05/1916, p.4.

¹² “Contra o Analfabetismo. A Liga Brasileira trabalha”. *A Noite*, 21/07/1916, p.4.

¹³ “Contra o Analfabetismo”. *A Noite*, 29/07/1916, p.1.

¹⁴ “Combate ao Analfabetismo”. *A Noite*, 05/10/1916, p.4.

¹⁵ “O Combate ao Analfabetismo. A Liga continua a trabalhar”. *A Noite*, 31/10/1916, p.4. Ver também “O Combate ao Analfabetismo”. *A Noite*, 01/12/1916, p.4.

As adesões à Liga Contra o Analfabetismo continuavam a se concretizar com a instalação de uma Liga no Paraná, notícia que chega à LBCA através de um telegrama que solicitava a intervenção da Liga Brasileira para que aquela Liga estadual se instalasse em prédio do governo federal. Segundo o referido telegrama, compunham a diretoria da Liga no Paraná Felizardo Tocano (Presidente), Hermínio César (Tesoureiro) e Olympio de Sotto Maior (Secretário). A LBCA declara que providenciaria uma comissão para tratar do assunto com o general Caetano de Faria.¹⁶

No estado de Santa Catarina – onde a instrução primária já seria obrigatória em outubro de 1916 – fundam-se mais dois grupos escolares nas cidades de São Francisco do Sul e Tubarão, perfazendo um total de nove grupos escolares. Segundo estas informações, mais de 30.000 crianças estariam recebendo instrução em Santa Catarina, onde o governo estadual reservava 25% de sua renda para a instrução pública.

Em dezembro de 1916, em sessão da Liga Brasileira, ocorreu a leitura de alguns dados oficiais sobre a instrução pública no Rio Grande do Sul. Segundo tais dados, havia naquele estado 1 escola complementar, 30 colégios elementares, 6 grupos escolares, 670 escolas isoladas, 1.075 escolas rurais e 18 colégios e instituições particulares.¹⁷

Prosseguiram no ano de 1916 a nomeação de delegados. Em fevereiro, a LBCA declarava que em Minas Gerais, trabalhavam no combate ao analfabetismo na localidade de Mar de Espanha, Felicidade Silva e outras professoras do Grupo Estevão Pinto.¹⁸ Em maio, foi indicado por Luiz Palmier para representar a Liga em Vitória (PE), Ignácio de Brito, redator de “O Lidador”.¹⁹ Para atuar em Recife como delegado da LBCA é designado o professor Gaspar Regueira Costa.²⁰ Em Minas Gerais trabalhavam contra o analfabetismo o Dr. Jonas de Farias Castro (em Santa Luzia de Carangola) e Alfredo de Magalhães Queiroz (em Munhumirim).

As ações da LBCA no ano de 1917 foram intensas, sobretudo no que concerne à atuação de seus delegados designados para percorrer o Brasil em

¹⁶ “O combate ao Analfabetismo. Funda-se uma liga em “Foz do Iguaçu””. *A Noite*, 14/10/1916, p.4.

¹⁷ **Ibid.**

¹⁸ “Mais adesões para a Liga Contra o Analfabetismo”. *A Noite*, 26/02/1916, p.2.

¹⁹ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. *A Noite*, 11/05/1916, p.4.

²⁰ “O Combate ao Analfabetismo. A Liga continua a trabalhar”. *A Noite*, 31/10/1916, p.4.

propaganda de combate ao analfabetismo, cujo número aumenta consideravelmente, assim como as informações vindas dos diversos estados referentes a ações que seguiam os propósitos da Liga Brasileira.

Em janeiro de 1917, o capitão do Exército Dr. Gama Villas Boas foi investido da função de delegado especial da Liga no estado do Pará. O professor Mozart Monteiro seguiu em viagem de propaganda para o estado do Ceará como delegado da LBCA.²¹ Foram designados delegados em Garanhuns (PE) o professor Jeronymo Queiroz e em Mundo Novo (BA) o professor Manoel Monteiro. Para atuar em Porto Alegre (RS), foi indicado José Domingos de Almeida e em Santa Luzia de Carangola (MG) o professor Augusto Amarante. O Major Teto Villas Lobos foi indicado pelo deputado José Augusto como delegado em Porto Alegre, tendo em vista os serviços que vinha prestando naquela região contra o obscurantismo.²² Um ofício de congratulações foi enviado pela LBCA à Ribeirão Preto (SP), que havia notificado a fundação de uma Liga local, além da decretação da obrigatoriedade da instrução primária na zona de sua jurisdição. Ainda de São Paulo, chega a notícia da fundação de uma Sociedade que destinarse-ia a ministrar “*instrução moral, espiritual e intelectual aos decaídos, mutilados da vida e desfavorecidos da fortuna de todas as idades e de ambos os sexos*”.²³

Atuando como delegado no Ceará, Mozart Monteiro informou à LBCA que havia oficiado ao Governador daquele estado, J. Thomaz Sabóia, solicitando auxílio no que pudesse conceder para o combate ao analfabetismo no Ceará. Registrar-se-ia em ata de reunião da Liga Brasileira voto de louvor e agradecimento ao referido governador do Ceará pela fundação de uma Liga naquele estado.²⁴

Em fevereiro daquele ano, a LBCA recebe informações vindas de Itajubá de que o deputado mineiro Pedro Bernardo Guimarães apresentou à Câmara de Deputados em Belo Horizonte um projeto considerando de utilidade pública as Ligas contra o analfabetismo de Lavras, de Vila Nepomuceno e de Barbacena. Tal projeto havia sido apresentado em 18 de agosto de 1916. O referido deputado mineiro foi, então, nomeado delegado especial da LBCA no estado de Minas

²¹ “A Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. *A Noite*, 07/01/1917, p.4.

²² “Combate ao Analfabetismo”. *A Noite*, 12/01/1917, p.4.

²³ **Ibid.**

²⁴ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. *A Noite*, 26/01/1917, p.4.

Gerais, por mostrar-se solidário à Liga e agir de acordo com seu programa, lançando bases de diversas associações de combate ao analfabetismo.²⁵

Retornando de viagem a Minas Gerais, o presidente da Liga Brasileira, Ennes de Souza, declarou que desenvolveu naquela região do Brasil uma ativa propaganda em favor da instrução, sendo auxiliado por Carlos Góes que, em breve, afirmou lançar as bases para uma Liga em Belo Horizonte. Atuavam na cidade de Ouro Preto o Dr. Costa Senna, Alberto Magalhães e Luiz Caetano Ferraz, sendo todos investidos da função de delegados da Liga naquela localidade.²⁶

Ainda em fevereiro de 1917, chega à LBCA a notícia de que em Vila Nova de Lima não havia mais analfabetos graças aos esforços do diretor da “S. João d’El Rey Gold Mining Company Limited” que fundou uma escola na região. Por intermédio dos delegados Manoel Dantas e Alípio Silva chegam informações vindas do Rio Grande do Norte e de Goiás sobre a campanha empreendida em Natal e sobre a instalação, em breve, de um Centro Goiano de Resistência ao Analfabetismo.²⁷

Henrique Araújo e Mozart Monteiro informam à LBCA o bom acolhimento e a excelente repercussão da propaganda que vinha se realizando no estado do Ceará. Declararam, inclusive, que os membros da Liga Brasileira não deveriam estranhar “*se o Ceará, a exemplo do que aconteceu na emancipação dos escravos, desse o primeiro passo na extinção do analfabetismo*”²⁸ Ainda a respeito do Ceará, o pedagogo Henrique de Alencastro Autran informou que a maçonaria daquele estado estava trabalhando em favor da instrução primária, custeando diversas escolas conforme o apelo do Grão-Mestre da maçonaria brasileira Lauro Sodré.

Alípio Doria comunicou a fundação no estado da Bahia de uma escola para vendedores de jornais, por iniciativa de Alcebíades Pessoa. O Clube de Barbeiros e Cabeleireiros da região havia oferecido seus salões para o funcionamento das escolas gratuitas. Vale ressaltar o empenho das mais variadas camadas da sociedade na manutenção de escolas primárias, neste sentido, a LBCA registraria

²⁵ “O Combate ao Analfabetismo”. **A Noite**, 06/02/1917, p.5.

²⁶ “Combate ao Analfabetismo. Em Villa Nova de Lima (Morro Velho) não há mais analfabetos”. **A Noite**, 16/02/1917, p.4.

²⁷ **Ibid.**

²⁸ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. **A Noite**, 25/02/1917, p.4.

voto de louvor ao jornalista Altamiro Requião do “Diário de Notícias” por sua contribuição à campanha contra o Analfabetismo.²⁹

Sobre as ações no estado do Rio de Janeiro, Luiz Palmier comunicaria a fundação de escolas por iniciativa do Centro de Instrução e Proteção de Petrópolis. Em sessão realizada em 25 de fevereiro, o 1º secretário da LBCA, Albino Monteiro, leu várias cartas recebidas, provavelmente dando notícias das ações locais no combate ao analfabetismo, destaque para cartas vindas de São Paulo (enviada por Iarosz Kosbian) e do Maranhão (remetida por Antônio Santana). Foi lido também um artigo de Telerico Gomes publicado em “O Pinhalense”, periódico de Espírito Santo do Pinhal (SP) e outro artigo publicado em “O Imparcial”, cuja autoria era de Plácido Barbosa.³⁰

Em março de 1917, compareceu à uma das reunião da LBCA o pedagogo mineiro Carlos Góes, delegado do estado de Minas Gerais no IV Congresso Brasileiro de Instrução. Carlos Góes afirmou ser excelente os resultados obtidos pelas Caixas Escolares que constituem uma fonte de atração para a “petizada” ávidas de roupa, calçado, merenda etc. Destacou ainda que o professorado tem feito muito para que os alunos compareçam à escola, indo até os lares para orientar aos pais no cumprimento dos seus deveres. O governo de Minas estaria destinando cerca de 20% de sua renda para o ensino popular gratuito. Góes anunciou também que, em breve, seriam lançadas as bases para uma Liga de resistência ao analfabetismo em todos os municípios mineiros. Concluiu seu discurso aconselhando a LBCA a dar atenção especial “*para o problema das Caixas Escolares e da regulamentação do trabalho dos menores em todo o Brasil*”.³¹ As ações empreendidas no estado de Minas Gerais em conformidade com os ideais da LBCA formam ressaltadas por Ennes de Souza e Júlio Guedes, uma vez o estado possuía localidades onde já havia sido “expurgado” o analfabetismo.

O Instituto Arqueológico de Recife comunicaria à Liga Brasileira, através de telegrama, a fundação de várias escolas populares em Garanhuns, Glória, Água Preta, Iguaçu e Pau d’Alho, além de outras escolas que estavam projetadas e que

²⁹ **Ibid.**

³⁰ **Ibid.**

³¹ A fundação de Caixas Escolares, tema recorrente nas ações das Ligas, sobretudo no que se refere à importância da frequência escolar, será alvo de nossa atenção mais adiante. “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. **A Noite**, 02/03/1917, p.4.

receberam nomes de mártires da Revolução de 1817.³² Também em março de 1917, Luiz Palmier informou em reunião da LBCA a fundação de uma Liga Contra o Analfabetismo em Paraíba do Sul (RJ), sob a orientação e patrocínio de Eurico Teixeira Leite, prefeito municipal. Declarou ainda que a Liga Fluminense Contra o Analfabetismo estava atuando junto aos poderes estaduais para fundar 15 escolas em localidades diversas.³³

Prosseguiram as nomeações de delegados, enviados para atuar em todo o território nacional. Remigio de Oliveira foi designado para trabalhar em nome da Liga Brasileira em Brusque (SC), em razão da propaganda contra o analfabetismo que vinha desenvolvendo em várias localidades catarinenses como São José, Palhoça, Lages, São João e Nova Trento.³⁴ Ernesto Cony Filho também foi nomeado delegado na região mineira de Estação de Sítio, onde desenvolvia propaganda em prol dos ideais da LBCA.

Em Ouro Preto (MG), J. C. da Costa Sena decide aceitar sua nomeação para delegado da Liga, o mesmo fez o Dr. Mario Pinto Serva que enviou notícias do movimento intelectual no estado de São Paulo.³⁵ Atuavam ainda como delegados da Liga o Cônego Joaquim Souza Soares em São Gonçalo de Sapucaia (MG), o coronel Joaquim Severino de Paiva em Itajubá (MG), José Pereira em Santa Rita de Sapucaí (MG) e a professora Maria Lacerda de Moura, diretora da Escola Conde de Prados em Barbacena (MG).

Notícias de todo o território brasileiro continuavam a chegar à LBCA, demonstrando uma ativa correspondência com as Ligas estaduais, municipais e seus delegados. Ainda em 1917, tomou-se conhecimento da instalação da Liga Pernambucana Contra o Analfabetismo, por iniciativa do Instituto Arqueológico, com a fundação de escolas em diversos municípios, contando com a assistência dos poderes municipais. Em Natal, o deputado José Augusto notificou a intensidade da campanha no Rio Grande do Norte. O movimento em favor da instrução estava ativo no estado do Paraná (uma das melhores porcentagens de ensino, segundo informações do jornal “A Noite”). Declarações de apoio também eram recebidas e lidas nas reuniões da LBCA, é o caso da declaração de louvor ao

³² “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. **A Noite**, 02/03/1917, p.4.

³³ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. **A Noite**, 09/03/1917, p.4.

³⁴ **Ibid.**

³⁵ “Combate ao Analfabetismo”. **A Noite**, 18/03/1917, p.4.

intuito da Liga enviada pelo Ministro da Marinha, que afirmava seu esforço para libertar os marujos do analfabetismo.³⁶

O governador do Ceará, Sergio Saboya, encaminhou ofício à LBCA, onde manifestava seu regozijo pela “*fervorosa acolhida que mereceu de seus coestaduanos na campanha ali iniciada*”.³⁷ Em 25 de março de 1917, Mozart Monteiro propõe a inserção em ata de voto de louvor e agradecimento à Liga Cearense. Monteiro entregou aos membros da LBCA vários exemplares do “Diário do Estado” de Fortaleza, onde se verificaria a intensidade do movimento naquela região. Do Rio Grande do Sul, o coronel Moreira Guimarães, comandante da 2ª Brigada de Cavalaria em Alegrete, comunicou a fundação de uma Liga naquela localidade, solicitando ainda estatutos à LBCA. O Dr. Luiz Palmier comentou a fundação de uma escola paroquial em Areal (RJ), dirigida pelos católicos locais. Comunicou ainda a fundação, pela Companhia Petropolitana, de uma escola que contaria com 197 alunos matriculados.³⁸

Os jornalistas da cidade de Campos (RJ) continuavam a se mobilizar, realizando reunião onde decidem solicitar mais uma vez ao Conselho Municipal a decretação da obrigatoriedade do ensino primário e requerer do governo a instalação da Liga local e de uma escola primária no edifício do Liceu de Artes e Ofícios que se encontrava fechado há anos.³⁹ Segundo informações dadas por Luiz Palmier à LBCA, no estado do Rio de Janeiro, foram fundados 6 grupos escolares por iniciativa do governo. Além disto, a Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, uma instituição católica filantrópica fluminense, havia fundado 2 escolas com boa frequência (uma em Paraíba do Sul e outra em Entre Rios). Destacamos desde já que analisaremos mais adiante, de forma mais detida, a atuação da Liga Fluminense Contra o Analfabetismo.

A LBCA recebe informações em abril de 1917 sobre a decretação da obrigatoriedade do ensino primário em fevereiro do referido ano pelo governo do estado do Espírito Santo e que o mesmo havia ocorrido em Mogi-Mirim (SP) no mês de março e na municipalidade de Atibaia (SP).⁴⁰ Ainda sobre a obrigatoriedade do ensino, foi lido em reunião da LBCA realizada em maio de

³⁶ **Ibid.**

³⁷ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. **A Noite**, 25/03/1917, p.4.

³⁸ **Ibid.**

³⁹ “A Campanha contra o Analfabetismo no estado do Rio”. **A Noite**, 31/03/1917, p.4.

⁴⁰ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. **A Noite**, 22/04/1917, p.4.

1917 um ofício da Câmara Municipal de Boa Família (ES), prometendo franco apoio às ações empreendidas, assim como a fundação de escolas e a instituição do ensino obrigatório quando as escolas forem em número suficientes para comportar a população em idade escolar.⁴¹

Em junho de 1917, notícias chegam do estado do Pará, onde Firmo Cardoso trabalhava pela instrução popular. De Goiás, chegam informações de que a propaganda na região continuava intensa, com destaque para a atuação do Dr. Alípio Silva, auxiliado pelo clínico Dr. Eleutério Novaes. No estado do Rio de Janeiro uma escola noturna havia sido fundada pela prefeitura de Teresópolis, cujo material escolar seria fornecido pelo intendente municipal coronel Teixeira. Em Paraíba do Sul, fundar-se-ia um Instituto de Propaganda da Instrução Popular, com o patrocínio do prefeito Eurico Teixeira Leite.⁴²

No mês seguinte, o delegado Antônio Domiciano Pereira informa a fundação de uma Liga em Jaguari (RS) e a iminência da fundação de uma Liga também em Piracicaba (SP). No Rio Grande do Sul, o delegado Manoel Goulart notificou a fundação de mais uma liga local. O movimento em favor da instrução popular em Pernambuco ganhava destaque, a atuação da Liga daquele estado, que tinha à frente Manoel Borba, Professor Regueira Costa e general Joaquim Ignácio estaria rendendo bons frutos no combate ao analfabetismo. Da Companhia Predial de Saneamento em Pernambuco, conseguiu-se um nobre gesto, a Companhia decidiu oferecer a cada vila um prédio para funcionamento de escola gratuita.⁴³

A questão da obrigatoriedade do ensino continuava a agitar o estado do Rio, em Paraibuna, a Câmara Municipal havia decretado uma lei acerca da obrigatoriedade do ensino primário, a mesma lei instituía a Caixa Escolar em prol das crianças pobres. No Distrito Federal um projeto do intendente Ernesto Garrez versava sobre a obrigatoriedade do ensino primário para as crianças de ambos os sexos de 7 a 14 anos, havendo, inclusive, a decretação de penalidades para pais e tutores que não cumprissem a lei. A LBCA enviaria felicitações ao intendente pelo projeto apresentado.⁴⁴

⁴¹ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo. Importantíssimas adesões”. *A Noite*, 06/05/1917, p.4.

⁴² “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. *A Noite*, 17/06/1917, p.2.

⁴³ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. *A Noite*, 08/07/1917, p.4 e 14/07/1917, p.5.

⁴⁴ “O ensino obrigatório no Estado do Rio”. *A Noite*, 18/07/1917, p.1 e “A obrigatoriedade da instrução no Distrito. Um projeto no Conselho”. *A Noite*, 17/08/1917, p.3.

Em agosto de 1917, seguem as notícias do movimento nos estados brasileiros com a inauguração de novas escolas em Pernambuco, Goiás e Rio de Janeiro. Ainda acerca do estado do Rio, no município de Angra dos Reis, o Centro Cívico Raul Pompéia havia fundado um externato noturno com frequência gratuita. Em Minas Gerais, na cidade de Queluz, o representante da Caixa dos Jornaleiros da Estrada de Ferro Central do Brasil estava organizando uma série de conferências contra o analfabetismo no teatro Santa Cecília.⁴⁵

Encerrando o ano de 1917, as páginas do jornal “A Noite”, destaca a atuação do deputado José Augusto, representando do Rio Grande do Norte na Câmara dos Deputados, dando ênfase à difusão do ensino primário nos debates travados na Câmara. Em dezembro, a Câmara Municipal de Recife havia elaborado um projeto em favor do ensino primário obrigatório. Do Rio de Janeiro chega a informação de que em Paquetá haviam apenas 295 analfabetos, sendo a população total de 2.058 habitantes.⁴⁶

A indicação de delegados não cessou. Os delegados da LBCA continuavam a atuar em todo o território nacional, enviando constantemente informações de seus trabalhos. Para atuar na propaganda dos ideais da Liga Brasileira no Maranhão, foi designado como delegado especial o deputado estadual maranhense Major Antônio de Castro Pereira Braga, neste mesmo estado atuaria ainda Godofredo Vianna (jurisconsulto e juiz substituto do Maranhão), Antônio Pereira Rego, encarregando de arregimentar forças para esta cruzada em favor da instrução, contando ainda com o apoio de outros nomes como Carlos Augusto de Araújo Costa (Presidente da Câmara Municipal), Clodomiro Cardoso (Intendente Municipal), professores Antônio Batista de Godois, Antônio Lopes de Cunha e José Ribeiro do Amaral (Presidente da Academia Maranhense), jornalista Domingos Barbosa Alves, Joaquim Pinto Franco Sá (Promotor Público), Cônego João dos Santos Chaves e professoras Maria da Glória Parga Nina, Odila dos Santos Pinho e Rosa Côrtes.⁴⁷

⁴⁵ “Combate ao Analfabetismo”. *A Noite*, 12/08/1917, p. 5 e “Contra o analfabetismo em Queluz”. *A Noite*, 14/08/1917, p.5.

⁴⁶ Ver “A difusão do ensino primário”. *A Noite*, 01/10/1917, p.2; “Um projeto sobre o ensino primário na capital pernambucana”. *A Noite*, 23/12/1917, p.4 e “A pérola da Guanabara através da estatística”. *A Noite*, 31/12/1917, p.1.

⁴⁷ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. *A Noite*, 15/04/1917, p.4 e “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. *A Noite*, 22/04/1917, p.4.

No Alto Acre, foi designado como delegado da LBCA Octávio Steiner do Couto (jornalista, advogado, considerado um dos baluartes da campanha dirigida por Plácido de Castro de quem foi capitão ajudante de ordens). Enviam cartas à LBCA dando notícias sobre o andamento dos trabalhos os delegados em Brusque (SC), Remigio de Oliveira, e em Paracatu (MG), Alyrio Carneiro. Foram ainda nomeados delegados em Nova Trento, Tijucas, São João Batista e Palhoça (SC) o coronel Hippolyto Boiteux, Dr. Eurico Ennes Torres, Professor Patrício Brasil e João Boanerges Lopes. Para Carrancas e Caxambu foi nomeado o Dr. Roseny Silva.⁴⁸

Ao longo do ano de 1918, a LBCA continuava a receber as notícias vindas de todo o país no combate ao analfabetismo. Em fevereiro a LBCA recebe o apoio dos jornais “Nova Cruzada” de Pernambuco, o “Alpha” do Espírito Santo e “O Cidadão”, cujas colunas vinham relatando o desenvolvimento da campanha de combate ao analfabetismo nos respectivos estados. A Federação Espírita do Paraná informou sobre a fundação de uma escola primária para os dois sexos em Itayaópolis, instituída pelo Centro Jesus de Nazareth, além da criação de um curso primário e complementar pela Federação de Curitiba.⁴⁹

Uma Liga Riograndense Contra o Analfabetismo foi fundada em maio de 1918 pela iniciativa do delegado da LBCA João B. de Magalhães. Entre os fundadores da referida Liga estadual estavam Carlos Tuliro (Presidente), Edmundo Leite Rosas (Vice-presidente), Paulo de Magalhães (Tesoureiro), Eduardo Leite Rosas, Joaquim Martins Garcia, Alípio Cadaval e João Fernandes Moreira.⁵⁰ Neste mesmo mês, Benjamin de Mello, propagandista da instrução no Paraná, envia carta à LBCA relatando seus ativos trabalhos em Vera Guarany.

No estado do Mato Grosso, Cypriano Campos havia fundado uma escola gratuita na localidade de Poconé. Em favor desta localidade, a Liga de Defesa Nacional enviou um ofício à LBCA solicitando que se remetesse livros didáticos ao referido fundador da escola gratuita; solicitação que seria atendida imediatamente pela LBCA.⁵¹

⁴⁸ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo. Importantíssimas adesões”. *A Noite*, 06/05/1917, p.4.

⁴⁹ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. *A Noite*, 19/02/1918, p.2.

⁵⁰ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo. Mais uma filial no Rio Grande do Sul”. *A Noite*, 10/05/1918, p.2

⁵¹ *Ibid.*

Ainda em maio de 1918, Luiz Palmier comentou em sessão da LBCA o exemplo de Araruama (RJ), onde se mantinham 6 escolas públicas com orçamento de 25 contos. Salientou ainda os esforços do coronel José Ribeiro que, na Força Policial do estado do Rio de Janeiro, conseguiu expurgar o analfabetismo. Aos esforços do coronel foi declarado em ata voto de louvor.⁵²

Ligas locais continuavam a ser instaladas, assim como escolas eram fundadas nas mais diversas localidades. Em Jaguari (RS) havia sido criada a Liga Jaguariense Contra o Analfabetismo que fundou as escolas Tiradentes e Sete de setembro. De Pernambuco e Cachoeiras de Itapemirim (ES), chegaram notícias da fundação de escolas e ligas de propaganda. Em Ribeirão Preto (SP), o professor Francisco Augusto Neves mantinha um externato para crianças pobres, resolvendo a LBCA auxiliá-lo com 50 livros.⁵³

Em suas reuniões semanais, a LBCA mantinha a nomeação de delegados para atuar em diversos lugares do país. O literato Antônio Salles foi designado para o estado do Ceará e a professora Alzira Casabona de Oliveira atuaria no Maranhão, na localidade de Mirador.⁵⁴

Em junho de 1918, a Liga Maçônica Charitas de São João D’el Rei (MG) comunicou à LBCA a fundação de uma escola noturna denominada João Gonzaga, sendo inaugurada em 30 de maio. À LBCA foram remetidos os jornais “A Idea” de Paty e “Lumea” de Jaguari, onde foi publicado o lema da Liga, além de artigos sobre a extinção do analfabetismo. O delegado da LBCA em Cruz Alta (RS), o major do exército Maximiano Martins, deu ciência à Liga de uma estratégia utilizada para interessar os jovens de Santo Ângelo na campanha da Liga Contra o Analfabetismo. A carta enviada pelo delegado destaca o seguinte:

Assistindo a uma festa escolar do sexo feminino em Santo Ângelo, fiz uma oração sagrando a missão de professora e roguei às meninas, em nome da Pátria, que cada uma promettesse, tomando Deus por testemunha, encarregar-se de dar luz a um analfabeto de seu lar ou da vizinhança. Elas, levantando-se, estenderam as mãozinhas e prometeram. Ultimamente, três meses depois daquele dia feliz, encontrando-me com a professora, fui por ela informado de que só uma das meninas não cumpriu a promessa.⁵⁵

⁵² “O combate ao Analfabetismo. Intensifica-se a propaganda”. **A Noite**, 17/05/1918, p.5.

⁵³ **Ibid.**

⁵⁴ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. **A Noite**, 31/05/1918, p.4.

⁵⁵ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. **A Noite**, 06/06/1918, p.3.

Em novembro de 1918, em sessão conjunta da diretoria e do conselho fiscal da LBCA, registrou-se a adesão do 1º tenente Caio Lustosa de Lemos, nomeado delegado da Liga em Rio Branco. Além disto, em carta dirigida ao presidente Matheus de Oliveira a Liga comunicava a fundação de uma Liga Contra o Analfabetismo na capital da Paraíba. Comentando a notícia, o coronel Raimundo Seidl informou sobre seu desgosto ao ler uma notícia de que o governo daquele estado, à pretexto de economia, havia demitido 30 professores primários.⁵⁶

Iniciando as ações no ano de 1919, por proposta de Raimundo Seidl, ficou resolvido em janeiro daquele ano que a LBCA ofereceria algumas cartilhas à escola gratuita “Três de Outubro” fundada na cidade de Parnaíba no estado do Piauí. Em março, a LBCA designou o sócio Júlio Azambuja (médico e jornalista de Porto Alegre) para fazer uma excursão pelo Brasil em propaganda da instrução.⁵⁷

Notícias continuavam a chegar acerca das ações empreendida nos estados. Em Minas Gerais, na cidade de Barbacena, a Câmara Municipal sancionou uma lei obrigando os operários diaristas analfabetos a aprenderem a ler e escrever sob pena de suspensão ao findar o prazo de 8 meses. Às Ligas Contra o Analfabetismo foi concedido auxílio de 10 mil réis – o número de Ligas por todo o município perfazia um total de 20.⁵⁸ Segundo o general Joaquim Ignácio em telegrama ao Secretário Geral da LBCA, Raimundo Seidl, no estado do Ceará, no 19º batalhão de caçadores aquartelados não existiam mais praças analfabetos.⁵⁹

Em sua excursão pelo Brasil, o delegado especial da LBCA, Dr. Júlio Azambuja, passou por Barbacena em julho de 1919; dali seguiu para Belo Horizonte onde tinha a intenção de fazer uma conferência. O delegado especial voltaria a Barbacena ainda naquele mês para realizar outra conferência de propaganda.⁶⁰

Em maio de 1920, a LBCA tomou conhecimento de que havia sido inaugurada oficialmente em Barbacena (MG) a sede da Liga Barbacenenense Contra o Analfabetismo. À cerimônia compareceram pessoas de destaque como o

⁵⁶ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. **A Noite**, 15/11/1918, p.5.

⁵⁷ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. **A Noite**, 23/01/1919, p.4; “Guerra ao analfabetismo”. **A Noite**, 13/03/1919, p.4;

⁵⁸ “Combatendo o analfabetismo”. **A Noite**, 24/05/1919, p.1.

⁵⁹ “A campanha contra o Analfabetismo no Exército”. **A Noite**, 23/06/1919, p.2.

⁶⁰ “A campanha contra o analfabetismo”. **A Noite**, 22/07/1919, p.5.

presidente da Câmara que prestigiava a idéia.⁶¹ A diretoria da Liga em Barbacena em 1920 era composta por Augusto de Araújo Doria (Presidente), Maria Lacerda de Moura (1ª Vice-presidente), Pedro Massena (2º Vice-presidente), Pedro Mariani Serra (Secretário Geral), Moacyr Bittencourt (1º Secretário), Arthur Romano (2º Secretário), Joaquim de Andrade Santos (Tesoureiro), Antônio Lemos Henrique (Procurador), João Arthur Regis (Procurador), João B. de Magalhães (Bibliotecário) e Ademar Faria (sub-bibliotecário).⁶² A Liga Barbacenense resolveu criar na sua sede à Rua Quinze de novembro uma biblioteca para intensificar o movimento de combate ao analfabetismo ali iniciado, para isto, pôs em circulação um pedido à imprensa e ao público para que enviassem livros, revistas, mapas etc.

Ainda em Minas Gerais, agora com informações trazidas de Ouro Preto, criou-se um escola no bairro Cabeças, Alto da Cruz. Em Alfenas (também em Minas), afirmava-se só existirem analfabetos no povoado os estrangeiros e os naturais de outros pontos do estado, conforme agente recenseador do distrito de Fama.⁶³ Em outubro de 1920, a Liga Barbacenense envia ao jornal “A Noite” uma carta demonstrando o que estava sendo feito naquela região no combate ao analfabetismo.

Enfrentando dificuldades de toda sorte e contando apenas com o concurso do povo e um modesto auxílio da municipalidade venceu galhardamente o seu primeiro lustro de existência mantendo já 6 escolas. O município de Barbacena possui 16 distritos e à apenas 3 chega a ação benéfica da Liga. Com o intuito de implantar mais escolas, a diretoria está distribuindo circulares por toda Minas Gerais solicitando donativos em dinheiro, títulos, livros, objetos de escritório, mapas do Brasil, dos estados e municípios, mobília escolar [...] A recompensa dos doadores será a consciência de haver cumprido um dever cívico e ter seu nome sempre lembrado por aqueles que se aproveitaram dos benefícios recebidos tornando-se verdadeiros cidadãos aptos a engrandecer o nosso país.⁶⁴

A carta enviada de Barbacena é representativa do que, provavelmente, ocorria em muitas das localidades onde se fundaram Ligas de combate ao analfabetismo. O discurso ali presente retrata de forma bastante clara as

⁶¹ “Contra o analfabetismo”. **A Noite**, 04/05/1920, p.4.

⁶² “Liga Barbacenense Contra o Analfabetismo”. **A Noite**, 21/05/1920, p.4

⁶³ “Contra o analfabetismo”. **A Noite**, 12/07/1920, p.5 e “Os filhos de Alfenas não são analfabetos! Magnífica revelação do recenseamento”. **A Noite**, 03/10/1920, p.3.

⁶⁴ “Combatamos o analfabetismo! O que se tem feito em Barbacena”. **A Noite**, 22/10/1920, p.5.

dificuldades que se encontravam (contava-se apenas com doações para manter as instituições), entretanto, para alcançar o objetivo de alfabetizar o maior número possível de pessoas, fazia-se necessário criar escolas, uma vez que as existentes não davam conta do número de analfabetos existentes. O artifício utilizado pela Liga Barbacenense parece ser o mais comum entre as demais Ligas por todo o Brasil: fazia-se um chamado, sobretudo à população, e aos poderes públicos em determinadas ocasiões, através de uma verdadeira propaganda contra o analfabetismo, para que se conseguisse donativos dos mais diversos gêneros que pudessem auxiliar na luta contra o analfabetismo.

O que nos chama mais atenção na citação acima é a harmonia entre o lema da LBCA e a referência feita ao povo de Minas acerca da recompensa para os doadores: “*A recompensa dos doadores será a consciência de haver cumprido um dever cívico e ter seu nome sempre lembrado por aqueles que se aproveitaram dos benefícios recebidos tornando-se verdadeiros cidadãos aptos a engrandecer o nosso país*”. Afinal, combater o analfabetismo era dever de honra de todo brasileiro que desejasse tornar o Brasil uma Nação moderna composta por cidadãos conscientes.

O Centenário da Independência se aproximava e as informações de ações em favor da instrução continuavam a ser veiculadas. Às vésperas do Centenário, as menções diretas à LBCA diminuem, conforme observamos no capítulo anterior. Entretanto, notamos que as informações relacionadas ao combate ao analfabetismo não cessaram.

Na Bahia, o Clube Comercial de Juazeiro (fundado em 21 de maio de 1893) mantinha escolas noturnas gratuitas para os dois sexos, em salas separadas, com frequência média de 60 alunos e 30 alunas. A escola, que possuía uma biblioteca com 8.000 volumes, destinava-se aos pobres de qualquer idade e os livros e material escolar eram gratuitos.⁶⁵

Em julho de 1921, uma notícia enfatizava a maneira como deveríamos festejar o Centenário. A afirmação referia-se ao exemplo dado por São Paulo onde o Secretário do Interior emitiu circular a todas as comarcas municipais do estado, reproduzindo uma moção da Comissão Executiva do Centenário da Independência. Segundo este documento, decretava-se “*que cada cidade do*

⁶⁵ “Os baluartes contra o analfabetismo no interior. O club Comercial de Juazeiro na Bahia”. **A Noite**, 09/11/1920, p.5.

Brasil, tendo mais de 10.000 habitantes, inaugurasse uma escola no dia 7 de setembro de 1922". A moção elaborada pela Comissão Executiva do Centenário da Independência era representativa da necessidade de intervenções no âmbito educacional, contemplando as mobilizações em favor da instrução realizadas por movimentos como a LBCA. As comemorações do Centenário surgem como momento peculiar para se fazer um balanço das realizações dos 100 anos percorridos; no caso da educação, evidenciava-se que havia muito ainda a caminhar. Assim, a melhor maneira pra comemorar o aniversário de nossa independência era promovendo a independência intelectual de nossa nação, através da instrução.

A diversidade de notícias recebidas pela LBCA e veiculadas nos jornais nos permite concluir que a mobilização pelo combate ao analfabetismo em estados como Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe e Rio de Janeiro foi bastante relevante, nos dando indícios de que a guerra contra o analfabetismo atingiu quase todo o Brasil. De modo a aprofundar nossa análise e objetivando melhor compreender as ações empreendidas nos estados e localidades, no tópico seguinte, analisaremos a campanha das Ligas Contra o Analfabetismo em Sergipe e no estado do Rio de Janeiro.⁶⁶

4.1. Estados contra o Analfabetismo: a análise de dois casos.

4.1.1. A campanha da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo

A Liga Sergipense Contra o Analfabetismo foi fundada no dia 24 de setembro de 1916, reunindo intelectuais e autoridades em cerimônia realizada no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. O presidente do estado, Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão, recebeu o título de presidente honorário da associação, sendo aclamada na mesma data a primeira diretoria da Liga composta por Adolpho Avila Lima (Presidente), Alcebiades Corrêa Paes (Vice-presidente), Itala Silva de Oliveira (primeira secretária), Florentino Menezes (segundo

⁶⁶ A análise especificamente destes dois estados deve-se ao fato de que, após longa pesquisa e em razão das dificuldades em relação às fontes, estes são os únicos estados que possuem trabalhos que se dedicam ao estudo específico sobre Ligas estaduais.

secretário) José da Silva Ribeiro (tesoureiro) e Evangelino de Faro (orador).⁶⁷ Fundada após sugestão de Theodoro Sampaio, no 5º Congresso Brasileiro de Geografia (realizado em Salvador em setembro 1916), a Liga Sergipense teve uma longa duração garantida pela colaboração de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e, posteriormente, da Loja Maçônica Cotigiba. A Liga de Sergipe implantou uma rede de escolas de alfabetização, cujas inaugurações se repetiram até 1950.

Destacamos aqui o trabalho pioneiro de Clotildes Farias de Sousa que faz uma análise detalhada das ações da Liga em Sergipe. A autora procurou mostrar em seu trabalho que a fundação da Liga Sergipense estava inserida em um movimento nacional. Nesse sentido, relacionou a fundação da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo com o movimento nacionalista da época e à campanha empreendida por Olavo Bilac e a Liga de Defesa Nacional. Esta campanha teve grande repercussão em Sergipe no sentido de entender o analfabetismo como um grave problema nacional.

Desta forma, a mobilização para a fundação de uma Liga em Sergipe remetia a uma conferência realizada por Olavo Bilac na região, uma vez que o poeta fazia um chamamento cívico-patriótico evidenciando a necessidade de se combater o “perigo interno do Brasil”. Tal alerta se relacionava com a ideologia do cidadão-soldado e à concepção de defesa nacional vinculada à campanha em favor do serviço militar obrigatório empreendida pela Liga de Defesa Nacional. De acordo com a ideologia do cidadão-soldado⁶⁸, o exército deveria ser um prolongamento da escola e o oficial era visto como um educador. Bilac afirmava que:

O Brasil ainda não está feito, como pátria completa. E a culpa é nossa, como foi dos nossos antepassados, porque a nossa cegueira ou o nosso egoísmo, a nossa vaidade, a nossa pequenina política de rasteiras paixões deixaram a massa do povo privada de fartura, de instrução, de higiene, de ‘humanidade’. Temos vivido e gozado no litoral do país, numa estéril fruição de orgulho, de mando, de retórica e não nos dirigimos ao coração da terra, à alma da gente simples, aos milhões de homens que vivem pelos sertões abandonados à incúria, à pobreza, ao analfabetismo. [...]

⁶⁷ Clotildes Farias de Sousa. **Por uma pátria de luz, espírito e energia: a campanha da Liga Sergipense contra o Analfabetismo** (1916-1950). 2004. 141f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, p. 27.

⁶⁸ José Silvério Baía Horta. 1994. **O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil** (1930-1945). Apud Clotildes Farias de Sousa, **Idem**.

reconhecemos que o Brasil ainda não está feito como pátria completa... Como fazê-lo? Dar-lhe novas gerações de homens fortes e conscientes, dando-lhes estas duas necessidades, primordiais, básicas de defesa: o trabalho e a instrução. Sem o pão e o livro, sem a riqueza e o ensino, não pode ter saúde, nem alegria, nem dignidade, nem alma, quem tem fome e não pode pensar.⁶⁹

Conforme já destacamos, Olavo Bilac tornar-se-ia uma das lideranças dos movimentos nacionalista durante a Primeira República. Logo após ser fundada a Liga Sergipense Contra o Analfabetismo, Adolpho Avila Lima enviou a notícia a Ennes de Souza, presidente da LBCA, com a qual manteria constante correspondência. Citando o segundo artigo do estatuto da Liga de Sergipe, verificamos que seus propósitos seguiam as diretrizes da LBCA:

[...] o fim da associação é combater o analfabetismo no Estado, e se esforçar para que, ao comemormos o 1º centenário da independência política nacional, possa o Estado de Sergipe proclamar livres do analfabetismo as suas cidades e vilas.⁷⁰

A primeira medida tomada após a instalação da Liga em Sergipe foi a criação da escola noturna feminina em 1916, fundada pelo diretor-gerente da fábrica Sergipe Industrial Thales Ferraz. Nesta escola, instalada no Grêmio Industrial, estudavam os filhos dos operários e em um dos salões funcionava uma biblioteca. Seguindo as diretrizes da LBCA, a criação de escolas foi o principal instrumento de ação da Liga Sergipense no combate ao analfabetismo. Segundo Clotildes Souza, para os intelectuais da referida Liga, à escola cabia:

[...] a tarefa de educar e instruir, tratando do conjunto de ações que se exercia sobre o indivíduo ainda imaturo, a fim de apressar e melhorar o seu desenvolvimento físico e orgânico, tornando-o apto a viver no seu ambiente físico e social. Complementar a educação da virtude e do caráter, desenvolvendo o culto da justiça, necessário ao respeito dos semelhantes, à solidariedade social, à organização das nações, à ordem de um país e à sua segurança interna, esta era a função atribuída à escola. Formar o cidadão brasileiro, dotado de conduta para agir [...].⁷¹

⁶⁹ Carlota Josefina Malta Cardozo dos Reis Boto. 1990. **Rascunhos de escola na encruzilhada dos tempos**. São Paulo. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. p. 215. Apud Clotildes Farias de Sousa, **Idem**. p.46

⁷⁰ SERGIPE. 1917. "Estatutos da Liga Sergipense contra o Analfabetismo". Aracaju: Imprensa Oficial. p. 1. Apud Clotildes Farias de Sousa. **Idem**. p. 27.

⁷¹ **Idem**, p. 88.

Através da citação e da argumentação que estamos desenvolvendo ao longo deste trabalho, evidencia-se que a grande missão dos que se envolveram no combate ao analfabetismo residia na formação de cidadãos dotados de sentimento cívico, responsabilidade e autonomia para formar suas opiniões. Era este cidadão que deveria compor a Nação brasileira que se almejava construir. Neste sentido, a função dos professores era de suma importância, assim como a pedagogia a ser desenvolvida. Sobre estes aspectos, as opiniões dadas pelos membros da Liga de Sergipe são fundamentais, uma vez que nos permitem vislumbrar como se posicionava também a LBCA. Afinal, os discursos e ações das Ligas convergiam para os mesmos objetivos.

Na escola, o papel do professor era despertar na alma da criança o sentimento cívico. O professor devia ser o modelo da bondade e da perfeição, porque a criança o imitava. A ele cabia despertar o sentimento de autonomia e responsabilidade, pois a autonomia era a base da educação política e da vida individual. À pedagogia era atribuída a função de aplainar e aperfeiçoar as inclinações naturais do mestre, fazendo despertar as qualidades didáticas. A formação docente foi um dos pontos de discussão, porque se entendia que o ensino efetivo dependia da instrução do mestre e de sua competência. Não se admitiam embaraços do professor no exercício de sua função, capazes de prejudicar o desenvolvimento físico e intelectual do educando. As análises convergiam para a necessidade de considerar a Pedagogia como um meio importante para o esclarecimento dos professores e um instrumento indispensável para se educar. Uma educação bem ministrada devia estar pautada nos princípios metodológicos da chamada “Pedagogia Moderna” e nos estudos sobre a natureza da criança.⁷²

Sousa enfatiza em sua análise a importância dada ao civismo e ao que considera uma inovação pedagógica nos discursos dos promotores da alfabetização em Sergipe. As idéias de uma pedagogia moderna conquistava espaço nos debates educacionais ao lado das noções de democratização da escola e da alfabetização como necessárias ao progresso do Brasil. Alguns professores envolvidos com a Liga Sergipense Contra o Analfabetismo, como, por exemplo, o primeiro presidente da instituição professor Adolpho Ávila Lima, destacavam que o segredo para o sucesso da educação brasileira estaria na organização e fiscalização ativa do ensino, defendendo uma uniformização do ensino com o

⁷² Itala Silva de Oliveira. 1916. “Nos domínios da instrução IV”. Aracaju, ano VI, n. 1639, p. 2, 14 de novembro. Apud Clotildes Sousa, *Idem*, p. 91.

cumprimento de orientações pedagógicas nos estados e municípios de acordo com métodos e processos que deveriam seguir um programa oficial do ensino primário. Esta são questões bastante interessantes acerca do que já se pensava sobre os avanços necessários para que melhorias na educação fossem obtidas.

De acordo com o trabalho de Souza, as escolas da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo buscavam proporcionar aos seus alunos uma educação integral, aliando a instrução à uma base moral. Neste sentido, pode-se considerar a alfabetização em um sentido amplo, uma vez que para além da leitura e do cálculo, primava-se pelas noções cívicas. O mesmo poderá se perceber na análise que faremos adiante acerca da Liga Fluminense Contra o Analfabetismo.

Os símbolos nacionais eram matéria a ser trabalhada, do mesmo modo que a gramática e a caligrafia. Os conteúdos ensinados perpassavam pela leitura elementar, caligrafia, aritmética, contabilidade, operações fundamentais, noções de geografia e história pátria, de acordo o Regimento Interno, conjuntamente com este ensino, fica estabelecido um resumido curso cívico, destinado ao ensinamento das principais datas nacionais e cânticos patrióticos e um de noções preliminares de geografia do Brasil, sua divisão política. O ensino ministrado por meio de “lições” consistia na tarefa de fazer exercícios de leitura, resolver questões aritméticas no quadro negro e conhecer os fatos da História do Brasil com suas datas principais.⁷³

Sendo a criação de escolas a ação principal das Ligas no combate ao analfabetismo, é interessante tentar compreender o que seria ou como seria uma escola mantida pelas Ligas. Certamente não se diferenciavam muito das escolas existentes no final do Império e início da República. As escolas mantidas pela Liga Sergipense Contra o Analfabetismo funcionavam instaladas nas residências dos professores, nos prédios públicos cedidos para a realização de aulas, em casas alugadas ou pertencentes à Liga. Funcionavam em espaços pequenos que na maioria das vezes não comportavam a quantidade de alunos matriculados, mas também podiam ocupar salões amplos disponibilizados por alguns membros da Liga.

[...] as escolas isoladas da LSCA ocupavam espaços diversos, transformados em salas de aula pelo uso que se fazia delas. Nunca ocupavam mais que um salão, por isso as ruas próximas tornavam-se uma

⁷³ Clotildes Sousa, *Idem*, p. 120.

extensão do ambiente escolar. Naqueles lugares, buscava-se construir a almejada pátria de luz, povoada de gente culta, porque neles se aprendiam as letras do alfabeto [...]

Um quadro negro de 2m x 1m, um banco com encosto, seis bancos-cadeiras, dois outros bancos comuns e mais uma banca com cadeira para o professor, na maioria dos casos, compunham todo o mobiliário escolar. Parte daqueles móveis era emprestada, e a outra confeccionada em oficinas da capital, como a do Coronel José Alcides Leite. Os assentos eram insuficientes para os alunos, por isso havia os bancos coletivos com a função de suprir a carência. Dependendo da escola, podia-se até dispor de cavaletes, cabides e tablado [...] A ornamentação consistia em quadros com personagens históricos expostos nas paredes. Ao lado de figuras como Tiradentes, encontravam-se os retratos dos patronos e das pessoas que contribuíam com a associação. Em casos raros, estampas também enfeitavam o ambiente, disputando a visão com mapas do Brasil e de Sergipe.⁷⁴

As chamadas escolas isoladas se caracterizavam pelo uso de um salão onde um professor dava aulas a alunos com diferentes níveis de desenvolvimento. No contexto aqui analisado, em âmbito nacional, o que vamos perceber é que, de maneira concomitante, tais escolas isoladas vão compor a realidade escolar da Primeira República ao lado dos Grupos Escolares, símbolos da modernidade pedagógica, implementados, sobretudo, a partir das reformas paulistas do início do século XX. Os Grupos Escolares eram considerados escolas modelares, onde se ministrava o ensino primário com um programa enriquecido e enciclopédico, utilizando métodos e processos considerados os mais modernos da época.⁷⁵

A Liga Sergipana visava promover a difusão do ideário cívico-patriótico através da criação de escolas gratuitas destinadas à população de baixa renda e pela realização de atividades sócio-culturais visando sensibilizar a elite e a sociedade em geral para a sua causa. Ao empreender um projeto de educação voltado para a difusão deste ideário nacionalista, prescrevia uma educação integral, sem perder de vista o objetivo de preparar o indivíduo para a família, para a sociedade e para a pátria.

A Liga Sergipense tomou rumos particulares e, para Souza sua criação não foi apenas uma conseqüência do movimento nacional, vindo a contribuir na configuração de um campo intelectual em Sergipe. A atuação da Liga em Sergipe

⁷⁴ **Ibid**, p.107-109.

⁷⁵ Ver Rosa Fátima de Souza. 1998. **Tempo de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Ed. da UNESP, p.16 Apud Clotildes Farias, **Idem**.

estimulou a expansão da rede escolar no estado – em sua trajetória, a Liga Sergipense inaugurou 38 escolas de alfabetização – e contribuiu com o avanço das propostas pedagógicas. A autora afirma ainda que o campo intelectual configurado a partir das ações daquela Liga estaria relacionado à defesa de uma modernidade pedagógica conforme indicamos em alguns trechos citados acima.

4.1.2 A atuação da Liga Fluminense Contra o Analfabetismo

A seção fluminense da LBCA foi fundada em 1916 na capital estadual, com o mesmo objetivo de conseguir que no Centenário da Independência numerosas cidades do estado do Rio de Janeiro estivessem livres do analfabetismo.⁷⁶

Durante uma das sessões preparatórias para a fundação da Liga Fluminense, a diretoria provisória então formada tornar-se-ia definitiva, sendo composta pelos seguintes nomes: Presidente Leopoldo Teixeira Leite; 1º, 2º e 3º vice-presidentes Dr. Everard Backeuser, Ataliba Lepage e Luiz Palmier; Secretário Geral Professor Antônio Vieira da Rocha; 1º e 2º Secretários Major Ricardo Barbosa e J. Demoraes; Tesoureiro Dr. Ramon Alonso. Presidentes Honorários: Nilo Peçanha, Manoel Otávio de Souza Carneiro, Desembargador Carlos José Pereira Bastos, General Felipe Napoleão Aché e Coronel José Matoso Maia Forte. Foi eleito ainda um Conselho Consultivo com mais de trinta nomes, dentre estes figuras importantes no ambiente político e intelectual fluminense como Alfredo Backer, Oliveira Botelho, Feliciano Sodré, Oliveira Viana e Alberto Torres.⁷⁷ Nesta mesma sessão se decidiu oficializar ao Presidente do Estado Nilo Peçanha dando ciência da criação da Liga no estado do Rio. Muitas foram as

⁷⁶ Sua fundação solene seria realizada em 21 de Abril (data do “suplício de Tiradentes”), sendo depois transferida para 18 de maio. Entretanto, os jornais não publicam notícias referentes ao dia da fundação. “Liga Contra o Analfabetismo”. **O Fluminense**, 20/03/1916, p.2. e “Liga Contra o Analfabetismo”. **O Fluminense**, 04/04/1916, p.1.

⁷⁷ Faziam parte do Conselho Consultivo: Alfredo Backer, Francisco Chaves de Oliveira Botelho, Barão de Miracema, Visconde de Quissamã, Feliciano Sodré, Eduardo Cotrim, Leopoldo de Bulhões, Octávio Kelly, Mario Vianna, Galdino Filho, Geraque Collet, Oliveira Viana, Dr. Alberto Torres, Antônio Ribeiro Velho Avellar, Coronel Francisco X. Guimarães, Benedicto Pereira Nunes, Buarque Nazareth, Henrique Borges Monteiro, Almirante Adelino Martins, Dr. Aquino e Castro, Modesto de Guimarães, Alvaro Rocha, Manoel Reis, Julião de Castro, Manoel Themistocles de Almeida, Júlio Veríssimo da Silva Santos, Samuel Costa, Leoni Ramos, Antônio Januzzi, Manuel W. Lengruber, Conde Modesto Leal, Barão de Amparo, Carlos Palmer, Coronel José Ribeiro Pereira e Mucio de Paixão. “Liga Fluminense Contra o Analfabetismo”. **O Fluminense**, 10/04/1916, p.1.

adesões obtidas entre abril e outubro, período que registra um grande número de adeptos a cada reunião.

Ao que indicam as notícias nos jornais, a exemplo do que ocorria na LBCA, as reuniões da Liga Fluminense eram realizadas semanalmente. No ano de 1916, ocorreram, sobretudo, nas instalações da Sociedade Beneficente Amparo Operário. Entretanto, não podemos especificar o local destas reuniões nos anos posteriores de atuação.

A proposta do movimento então fundado, chamava a atenção para a necessidade de se nomear comissões escolares em cada distrito das municipalidades, tendo em vista, através de cursos noturnos gratuitos, alfabetizar todas as pessoas entre 14 e 50 anos. O juiz de paz seria o presidente das comissões nos distritos e o superintendente de ensino seria o responsável nos municípios. Diversas foram as comissões municipais organizadas ⁷⁸ e já neste momento inicial, um aspecto importante dizia respeito à criação das chamadas Caixas Escolares que contariam com a doação de livros e dariam amparo aos alunos carentes.

Luiz Palmier – um dos fundadores da Liga e uma das figuras expressivas no combate ao analfabetismo naquele estado– publicaria em *O Fluminense* artigo que sintetiza o intuito das Caixas Escolares ao afirmar que não bastava construir escolas, o mais importante era a questão da frequência. Palmier enfatiza que a partir deste “magnífico movimento”, o povo estava conseguindo algo em relação ao Ensino Primário que visava compensar “o que não tem feito os poderes da República”. O movimento que se iniciara é classificado pelo intelectual como “uma grande transformação por que vão passando os nossos costumes”⁷⁹. As palavras de Palmier chamam a atenção para o fato de estar o movimento ligado mais à sociedade do que ao Estado, uma vez que esta estava tomando a frente na resolução do maior problema do país. Entretanto, o papel do Estado no combate ao analfabetismo não seria de forma alguma descartado.

O combate ao analfabetismo tomaria quase todo o estado do Rio de Janeiro. Aderiram à causa as seguintes localidades: São Gonçalo⁸⁰, Campos,

⁷⁸ Ver ANEXO V.

⁷⁹ “Caixas Escolares”. *O Fluminense*, 17/07/1916, p.1.

⁸⁰ São Gonçalo foi o primeiro município a fundar uma Liga local, estando esta sob a incumbência do Coronel Henrique Milhomens. Em notícias sobre sessões realizadas no edifício da Câmara

Paraíba do Sul (uma postura municipal tornava a instrução obrigatória no município⁸¹), Cabo Frio, Friburgo, Cantagalo (este município também decretou a obrigatoriedade do ensino), Vassouras, Pádua, Itaboraí, Rio Bonito, Petrópolis, Areal, Valença, Barra Mansa, Madalena, Sumidouro, Paraty, Mangaratiba, São Fidélis, São Pedro D’Aldeia, Rio Claro, São João da Barra, Angra dos Reis, Pirai, Conceição, Carmo, Sapucaia, Magé, Japuiba, Itaocara, Itaperuna, Teresópolis e Saquarema. Diversos municípios ganhariam destaque em razão da instalação de Ligas locais, sobretudo São Gonçalo, Campos, Paraíba do Sul, Itaboraí, Petrópolis, Teresópolis, Saquarema, Sapucaia, Pádua, Itaocara, Itaperuna, Cantagalo, Barra Mansa e Vassouras.

A contribuição da imprensa nos municípios foi intensa, sobretudo durante o ano de 1916, difundindo uma imagem positiva da campanha contra o analfabetismo, conquistando simpatizantes e conclamando a participação da população em todo o estado. Temos notícia da colaboração dos jornais O Fluminense, Jornal do Comércio, O Paiz, Arealense, O Comércio, Paraíba do Sul, Tribuna de Petrópolis, O trabalho, Jornal do Brasil, Correio da Manhã, Sapucaia, Agrário, Diário da Manhã, O Vassourense, Tribuna de Cantagalo, A Rua, A Noite, A Época, A Luz, Niterói, A Comarca, A Notícia, Gazeta do Povo e Cachoeirense.⁸²

Uma primeira medida tomada pelos organizadores do movimento foi enviar às Câmaras Municipais um questionário que informaria sobre o número de escolas e de matrículas nas localidades, a frequência, a localização e os programas adotados pelas escolas⁸³. Os professores superintendentes de ensino e as ligas locais deveriam comunicar à Liga Fluminense quais escolas não possuíam mobiliário e não estavam convenientemente instaladas de modo a possibilitar a

Municipal, menciona-se a participação de mais de 200 pessoas. “Liga São Gonçalense Contra o Analfabetismo”. **O Fluminense**, 02/05/1916, p.1 e “S. Gonçalo”. **O Fluminense**, 09/05/1916, p.2.

⁸¹ A Constituição de 1891 atribuía aos Estados da federação a responsabilidade pelo ensino primário no Brasil, mas segundo relatório apresentado em 1892 ao presidente do Estado do Rio de Janeiro, José Thomaz Porciúncula, pelo Diretor Interino dos Negócios do Estado Bacharel Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, foi transferido às municipalidades o serviço de instrução pública primária pela Constituição. Ao que indicam as reivindicações da Liga Contra o Analfabetismo, o ensino ainda não era considerado obrigatório no Estado do Rio.

⁸² Não foi possível analisar cada um destes jornais locais, por razões diversas. Entretanto, esta análise é um caminho importante a ser trilhado em trabalhos futuros. “Liga Fluminense Contra o Analfabetismo”. **O Fluminense**, 31/08/1916, p.1 e 06/09/1916; “Combate ao Analfabetismo”. **O Fluminense**, p.1 e 23/10/1916, p.1 e 25/11/1916, p.2.

⁸³ “Liga Fluminense Contra o Analfabetismo”. **O Fluminense**, 31/07/1916, p.1.

ciência da realidade escolar do estado ⁸⁴. Infelizmente, não encontramos os referidos questionários emitidos às municipalidades, entretanto, a partir de seus itens, podemos conjecturar que havia grande preocupação em conhecer os programas adotados nas escolas, assim como as condições de ensino.

Logo após sua fundação, a Liga buscou o apoio do clero fluminense por intermédio do Bispo Dom Agostinho Benassi, que prometeu tal adesão após ter recebido comissão composta pelo Padre Henrique Magalhães, Dr. Luiz Palmier e Professor Vieira da Rocha enviada para tratar deste assunto ⁸⁵. O apoio se daria através da fundação de escolas paroquiais e recomendações que seriam dadas aos vigários sobre a necessidade de combater o analfabetismo. Pedido de auxílio seria feito também às associações maçônicas para que criassem escolas. Aos juizes de direito e curadores de órfãos se oficiaria para verificarem nos municípios quais eram os analfabetos, afim de que providenciassem junto aos tutores a educação destes órfãos.

Vale ressaltar também que, desde o início desta campanha contra o analfabetismo, a instrução nos quartéis ganha destaque. Através das informações enviadas à Liga pelo Coronel José Ribeiro Pereira, comandante da Força Militar do Estado, sabemos da criação de uma escola para os filhos de praças que possuía 32 alunos em setembro de 1916. Segundo relatório do Secretário Geral da Liga Brasileira já mencionado anteriormente, de acordo com a ação nas corporações militares, dentro de poucos meses seria diminuto ou nulo o número de analfabetos. Empenho semelhante se observa na atuação do Diretor da Penitenciária do Estado, Dr. Pereira Faustino, que também fundou uma escola.

É importante destacarmos novamente que na ausência de fontes como atas de reuniões, relatórios ou estatutos da Liga Fluminense Contra o Analfabetismo, assim como da LBCA, os periódicos representam o único meio pelo qual conseguimos realizar esta pesquisa. Deste modo, embora nossas referências sejam um tanto fragmentadas, é somente a partir delas que podemos vislumbrar o que foi este movimento no estado do Rio de Janeiro, da mesma maneira como tentamos caracterizar o movimento por todo o Brasil.

⁸⁴ “Liga Fluminense Contra o Analfabetismo”. **O Fluminense**, 09/10/1916, p.1.

⁸⁵ “Liga Fluminense Contra o Analfabetismo. A Liga Campista. O apoio do clero e as comissões municipais”. **O Fluminense**, 17/05/1916, p.2.

O que vamos perceber ao longo da análise das diversas notícias veiculadas por “O Fluminense”, é a configuração de uma coluna intitulada “Liga Fluminense Contra o Analfabetismo” ou apenas “Combate ao analfabetismo” que reunia informações variadas sobre criação de escolas e necessidades locais, sempre relacionando estas informações com a atuação da Liga em todo o estado. Neste sentido, devemos ressaltar que esta coluna talvez nos permita apreender mais sobre as intenções de quem a organizava (e este(s) organizador(es) certamente fazia parte da Liga Fluminense Contra o Analfabetismo)⁸⁶, do que sobre o intuito particular de cada escola criada. Entretanto, não podemos desconsiderar que estas variadas notícias são de sumo valor ao nos permitir conjecturar acerca do que os intelectuais fluminenses envolvidos com a Liga Contra o Analfabetismo queriam priorizar ou evidenciar em sua campanha pela difusão da educação; aproveitando, assim, cada informação veiculada para conclamar os fluminenses a aderirem à sua causa.

Assim sendo, começaremos a percorrer as principais ações da Liga Fluminense Contra o Analfabetismo durante os anos de 1916, 1917 e 1918, pretendendo possibilitar ao leitor um melhor acompanhamento da atuação da Liga no estado do Rio de Janeiro.

4.1.2.1 O movimento nos municípios fluminenses

A Liga manteve ativa comunicação com os municípios do estado. São inúmeras as referências a notícias vindas do interior que resultavam ora em solicitações ao governo para a solução de problemas locais, ora em envio de cumprimentos às localidades pelas ações em favor da luta contra o analfabetismo. É a partir desta correspondência entre a Liga estadual e municípios, noticiada nos periódicos, que vamos entender como e onde atuou o movimento analisado. O fechamento de escolas, a necessidade de reparos nos prédios escolares, a falta de professores ou pedidos para que se construíssem escolas locais eram algumas das principais reclamações recebidas.

⁸⁶ Entre o grupo de colaboradores de **O Fluminense**, podemos ressaltar a presença de Luiz Palmier (que publicou cerca de 12 artigos neste jornal entre os anos de 1915-18), Jonathas Botelho e Ramon Alonso, todos membros atuantes da Liga Fluminense Contra o Analfabetismo.

Em maio de 1916, uma matéria do periódico “Arealense” destaca os “ecos” que a Liga Contra o Analfabetismo encontrou em todas as partes do Brasil, enfatizando sua ação no estado do Rio de Janeiro e a atuação do Presidente Nilo Peçanha juntamente com o presidente da Liga Fluminense Contra o Analfabetismo, Leopoldo Teixeira Leite, no combate à ignorância. Por fim, a matéria dá ênfase às dificuldades do ensino primário em Areal e o desejo de obter auxílio do Estado e da Liga Fluminense para a criação de uma escola pública naquela localidade.⁸⁷

Para mencionarmos algumas reivindicações, destacamos a solicitação ao governo do estado de uma professora para a escola feminina de Itaperuna, reclamações sobre o fechamento da escola estadual de Paraokema em Pádua (esta reclamação resultaria em um abaixo-assinado com cerca de 80 assinaturas solicitando a intervenção da Liga no caso⁸⁸) e uma carta dirigida ao presidente da Liga Contra o Analfabetismo, informando sobre a necessidade de reparos no prédio escolar de Porto das Caixas.⁸⁹

Por outro lado, muitos foram os motivos para que se enviassem congratulações aos municípios. Ao participar de uma das sessões da Liga Brasileira, Luiz Palmier, que era membro da Liga brasileira assim como da estadual, nos informa que até julho do ano de fundação da Liga Fluminense, 40 escolas haviam sido criadas no estado, em outubro deste mesmo ano, a informação que temos é de que mais de 20 ligas haviam sido fundadas nas localidades fluminenses e que estas teriam influenciado na criação de cerca de 300 escolas primárias.⁹⁰

⁸⁷ “A campanha contra o analfabetismo”. **O Fluminense**, 24/05/1916, p.1. Ver também “Liga Fluminense Contra o Analfabetismo”. **O Paiz**, 14/05/1916, p.7.

⁸⁸ O documento foi enviado ao presidente Nilo Peçanha. O governo atendeu ao pedido e a escola foi restabelecida. “Liga Fluminense Contra o Analfabetismo”. **O Fluminense**, 09/01/1917, p.1 e “Combate ao Analfabetismo”. **O Fluminense**, 18/04/1917, p.2.

⁸⁹ “A instrução em Itaboraí”. **O Fluminense**, 15/11/1916, p.1.

⁹⁰ “A Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. **O Fluminense**, 19/07/1916, p.1. “Combate ao analfabetismo. Os trabalhos da Liga Fluminenses e o relatório da Liga Brasileira”. **O Fluminense**, 15/10/1916, p.2. Sobre a criação de escolas primárias, ao analisarmos a mensagem do presidente do Estado do Rio de Janeiro Dr. Nilo Peçanha referente ao ano de 1916, não encontramos referências diretas à Liga Fluminense Contra o Analfabetismo, entretanto, destaca-se, em relação ao ensino primário, que “está palpitante a questão de generalizar a instrução, o mais poderoso elemento de felicidade do povo tem merecido especiais cuidados do governo”. Os números a respeito da instrução no estado nos informam sobre 303 escolas criadas e 226 instaladas. Ver **Mensagem do Presidente do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio de Rodrigues &C, p. 22-23.

Uma escola operária noturna estava funcionando no Barreto, bairro industrial de São Gonçalo. A Câmara de Pirai havia criado duas escolas mistas e a prefeitura de Campos inaugurou a primeira escola ao ar livre do Estado – a escola foi denominada Escola ao ar livre Wenceslau Brás. Em Itaocara estavam funcionando 10 escolas municipais e em Niterói foram criados dois cursos noturnos.⁹¹ Em Magé, a Companhia Mageense e a América Fabril mantinham escolas. Em Petrópolis, a liga local reorganizou o Liceu de Artes e Ofícios e criou escolas diurnas e noturnas para os operários, estando à frente da prefeitura o Dr. Oswaldo Cruz.⁹²

O ano de 1917 seria marcado pelo estado anormal em que se encontra o país em função da guerra mundial⁹³, entretanto, continuaram em atividade os trabalhos da Liga Fluminense Contra o Analfabetismo. Naquele ano, a Liga Brasileira mandara expedir uma circular a todas as Câmaras Municipais do país destacando a importância da decretação da obrigatoriedade do ensino primário e instalação de Caixas Escolares.⁹⁴

A correspondência com os diversos municípios mantinha-se constante, os apelos locais por escolas continuavam a ser feitos. A criação de uma escola em São João Marcos fazia-se necessária assim como para uma escola em uma região de Itaboraí denominada Poço de Limão.⁹⁵ Reclamações eram dirigidas ao jornal *Momento* sobre a falta de escolas em Maricá, assim como se solicitava material para uma escola em Porto das Flores.⁹⁶ Deveria-se criar escolas em Cabo Frio, Vassouras e Entre Rios, uma vez que esta última região, com 8 mil habitantes, possuía somente duas escolas.⁹⁷

⁹¹ “Escola Operária do Barreto”. **O Fluminense**, 27/09/1916, p.2; “Liga Fluminense Contra o Analfabetismo”. **O Fluminense**, 17/10/1916, p.1 e 15/11/1916, p.1; “Combate ao Analfabetismo”, **O Fluminense**, 23/10/16, p.1.

⁹² “Liga Petropolitana”. **O Fluminense**, 15/10/1916, p.2.

⁹³ Leopoldo Teixeira Leite, presidente desta Liga e também da Liga Fluminense de Defesa Nacional, conforme destacaremos mais adiante, fez um apelo às classes produtoras do estado para que os fluminenses prestem todo o apoio aos altos poderes do Estado e da União em vista do estado de guerra. “Liga Contra o Analfabetismo”. **O Fluminense**, 26/11/1917, p.2.

⁹⁴ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. **O Fluminense**, 24/03/1917, p.2. Havia também três listas de assinaturas para a mensagem a ser redigida ao Presidente da República pedindo a extinção do analfabetismo em nossa pátria “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. **O Fluminense**, 19/03/1917, p.2.

⁹⁵ “Combate ao Analfabetismo”. **O Fluminense**, 20/02/1917, p.1

⁹⁶ “Combate ao analfabetismo. Uma importante reunião da Liga Fluminense”. **O Fluminense**, 27/03/1917, p.1.

⁹⁷ “Combate ao Analfabetismo”. **O Fluminense**, 18/04/1917, p.2 e “Liga Contra o Analfabetismo”, **O Fluminense**, 02/07/1917, p.1

Providências do governo eram necessárias junto ao governo de Minas Gerais para que crianças das zonas limítrofes pudessem freqüentar escolas mineiras. A liga declarava que se deveria propor um acordo entre os dois governos (fluminense e mineiro) para que empregassem a renda arrecadada na referida região na construção de edifícios escolares para uso das populações dos dois estados.⁹⁸

Algumas das solicitações certamente foram contempladas, uma vez que prosseguiram as informações sobre a criação de escolas por todo o estado. O governo criou um Grupo Escolar em Cabo Frio; escolas noturnas e diurnas estavam funcionando na Cia Petropolitana; a Cia Manufatora Fluminense no Barreto mantinha escolas noturnas e diurnas; o Coronel Randolpho Penna Jr., provedor da Irmandade de N. Senhora da Piedade, mantinha internato e externato em Paraíba do Sul e uma escola em Entre Rios, a Câmara Municipal de Macaé mantinha oito escolas municipais e uma escola noturna municipal foi criada em Teresópolis – o prefeito Coronel Sebastião Teixeira forneceu todo o material escolar à municipalidade.⁹⁹ A Liga destacaria a distribuição de material escolar e criação de várias escolas solicitadas ao Dr. Nilo Peçanha.

São Gonçalo seria alvo de congratulações por parte da Liga em razão da publicação do regulamento do ensino municipal e pela doação feita pelo professor Miguel Maria Jardim, oferecendo 2.000 livros para as escolas municipais de São Gonçalo. Além da importante inauguração do Grupo Escolar Nilo Peçanha com presença do presidente do estado e do Dr. Luiz Palmier representado a Liga Fluminense.¹⁰⁰

O Coronel José Ribeiro da Força Militar do Estado informava que obteve excelentes resultados com a criação das escolas noturnas e diurnas. Entretanto, celeumas seriam levantadas à decretação do ensino obrigatório em Cantagalo, o que levou a Liga Fluminense Contra o Analfabetismo a enviar ofício à Câmara

⁹⁸ “Liga Contra o Analfabetismo”. **O Fluminense**, 02/07/1917, p.1 e “Liga Contra o Analfabetismo”. **O Fluminense**, 24/02/1918, p.1.

⁹⁹ “Combate ao Analfabetismo”. **O Fluminense**, 20/02/1917, p.1; “Combate ao Analfabetismo. Uma importante reunião da Liga Fluminense”. **O Fluminense**, 27/03/1917, p.1; “Combate ao Analfabetismo”. **O Fluminense**, 18/04/1917, p.2; “Combate ao Analfabetismo”. **O Fluminense**, 28/05/1917, p.1 e “Liga Contra o Analfabetismo”. **O Fluminense**, 02/07/1917, p.1.

¹⁰⁰ “Combate ao Analfabetismo”. **O Fluminense**, 20/02/1917, p.1; “A inauguração de um grupo escolar em S. Gonçalo”. **O Fluminense**, 22/04/1917, p.1e “Combate ao Analfabetismo”. **O Fluminense**, 15/10/1917, p.1

Municipal deste município informando que o Dr. Ramon Alonso se propunha a auxiliar no caso como advogado.¹⁰¹

Durante o ano de 1918, as diversas notícias a respeito da criação de escolas continuariam a ocorrer. Em Paraíba do Sul, o prefeito Eurico Teixeira Leite conseguiria da Firma Siqueira Veiga a fundação e manutenção de uma escola na região de Boa Vista. No município de Rezende, a diretoria da Companhia de Hotéis sanatórios fundou uma escola para membros predispostos a contrair tuberculose. Em Niterói os governos da União e do Estado criariam a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. Seria criada também uma escola em Santo Aleixo (2º distrito de Magé).¹⁰²

A diretoria da Liga Fluminense parabenizou o Dr. Leopoldo Teixeira Leite por seus esforços para conseguir no Conselho Superior de Ensino a fiscalização para a Faculdade de Direito Teixeira de Freitas, em Niterói, da qual era diretor. Aos prefeitos de Niterói e Friburgo – respectivamente Drs. Octávio Carneiro e Sylvio Rangel – se consignaria em ata voto de louvor ao primeiro pela inauguração da Biblioteca Municipal e ao segundo por se verificar uma quantia mínima de analfabetos pelo último recenseamento em seu município.¹⁰³

O apelo pela criação de escolas também não cessaria. A Liga solicitaria à Câmara de Petrópolis, por intermédio do inspetor da instrução municipal Álvaro Machado, uma escola para um lugar denominado Vila Maria no distrito de São José do Rio Preto, assim como enviaria ofício à Câmara de Vassouras pedindo a criação de escola municipal em São José da Rolinha. Ao governo do estado se pediria a criação de uma escola em Sambaetiba (Japuiba), na Ilha da Conceição, em Iguaçu Grande e a reconstrução do edifício escolar existente em Duas Barras.

Lembrando um decreto do governo federal que subvencionava as escolas criadas pelo estado nas “colônias emancipadas”, o governo deveria criar ainda escolas em Friburgo, Petrópolis, Teresópolis, Mauá, Itaguaí e Cascatinha. Havia necessidade também de desdobrar escolas mistas em duas escolas (feminina e masculina). Reclamações vindas de Cabo Frio se referiam à necessidade de uma

¹⁰¹ “Liga Fluminense Contra o Analfabetismo”. **O Fluminense**, 02/05/1917, p.1.

¹⁰² “Liga Contra o Analfabetismo”. **O Fluminense**, 08/04/1918, p.1 e 27/04/1918, p.1.

¹⁰³ “Liga Contra o Analfabetismo”. **O Fluminense**, 24/02/1918, p.1 e 08/04/1918, p.1.

escola para Salinas Perinas onde havia casa oferecida por Jalles Cabral, um importante salineiro da região.¹⁰⁴

A partir da análise destes três anos de atuação, podemos perceber que a Liga Fluminense Contra o Analfabetismo se colocava enquanto meio através do qual as localidades reivindicavam melhorias educacionais. Salta aos olhos a forma como o entusiasmo em combater o analfabetismo havia tomado o estado do Rio. De forma mais ampla, podemos destacar preocupações com a realidade escolar que emergem através deste movimento, seja no que concerne às instalações – aos edifícios escolares – ou mesmo no que diz respeito às condições do alunado.

4.1.2.2 Ecos da campanha contra o analfabetismo no executivo e no legislativo fluminense.

No que se refere à relação da Liga Fluminense Contra o Analfabetismo com o governo estadual, em 1916, um primeiro ofício da Liga endereçado ao presidente do estado pedia a intervenção deste junto aos diretores de fábricas visando a criação de escolas para os operários¹⁰⁵. Este ofício também comunicava ao Dr. Nilo Peçanha a escolha de seu nome para ser um dos presidentes honorários da Liga. Requeria-se ainda autorização para que a Diretoria de Instrução cedesse durante a noite alguns edifícios escolares para o funcionamento de cursos noturnos nos municípios em que estes fossem criados pelas Ligas.¹⁰⁶

Nilo Peçanha foi informado através da Liga Fluminense Contra o Analfabetismo sobre a diferença entre as matrículas e a frequência nas escolas estaduais, o que segundo a Liga deixava transparecer a necessidade de providências por parte do governo como a de tornar o ensino obrigatório no estado do Rio de Janeiro.¹⁰⁷ Ao Presidente do estado solicitava-se também interferência junto aos usineiros de Campos e salineiros de Cabo Frio para que criassem escolas para os operários. Por algumas vezes, foi lembrada ao Dr.

¹⁰⁴ “Liga Contra o Analfabetismo”. **O Fluminense**, 08/04/1918, 27/04/1918, p.1 e 12/06/1918, p.2.

¹⁰⁵ “Liga Fluminense comunica-se com o Sr. Presidente do Estado”. **O Fluminense**, 14/06/1916, p.1. Este pedido foi atendido segundo a notícia “Combate ao analfabetismo. A liga fluminense dirige-se novamente ao Dr. Nilo Peçanha”. **O Fluminense**, 07/09/1916, p.1.

¹⁰⁶ “Liga Fluminense Contra o Analfabetismo”. **O Fluminense**, 17/07/1916, p.1.

¹⁰⁷ “Liga Fluminense Contra o Analfabetismo”. **O Fluminense**, 10/08/1916, p.1.

Peçanha a necessidade de se realizar o IV Congresso Brasileiro de Instrução que deveria ter ocorrido em 1914.¹⁰⁸

Ainda no ano de sua fundação, a Liga solicitaria à Câmara de Niterói manutenção de verba para subvenção da escola da Sociedade Beneficente Amparo Operário e pediria verba para subvencionar também a escola da Federação Espírita do Rio de Janeiro. Ambas ministravam gratuitamente instrução aos analfabetos.¹⁰⁹

A Assembléia Fluminense esteve ligada aos propósitos da Liga, sobretudo pelo fato de Leopoldo Teixeira Leite ocupar uma de suas cadeiras, sendo, inclusive presidente da Assembléia Legislativa em 1918. No ano de 1916, destacamos um projeto assinado pelo deputado fluminense Dr. Almeida Fagundes, considerando de utilidade pública as Ligas Contra o Analfabetismo. Além disto, destacamos a criação do Liceu de Humanidades de Niterói; a verba de custeio de escolas e o aumento da verba para arquivo estadual. Em novembro de 1916, a Assembléia votaria verba para mais 15 escolas estaduais.

Chama-nos a atenção ainda um projeto aprovado pela Câmara de Niterói subvencionando as escolas noturnas e multando aos comerciantes que admitissem empregados analfabetos. A diretoria da Liga Fluminense destacava também a necessidade de se solicitar à Liga Brasileira e à Câmara de Deputados a inclusão de um artigo proibindo a entrada de analfabetos em um projeto sobre entrada de “indesejáveis”, conforme se afirmava ocorrer em outros países.¹¹⁰

Em reunião noticiada em 28 de maio de 1917, Luiz Palmier informou à diretoria da Liga acerca do projeto do deputado José Augusto que modificou o plano geral do ensino com a criação do Conselho de Ensino. Visando apresentar modificações julgadas necessárias e mesmo novas idéias a serem introduzidas neste projeto, a Liga Fluminense nomearia uma comissão formada por Ramon Alonso, Luiz Palmier, Jonathas Botelho e Professor Vieira da Rocha.¹¹¹

¹⁰⁸ A realização deste havia sido decidida no último Congresso de Instrução que ocorreu em 1913 na Bahia. “Combate ao analfabetismo. A liga fluminense dirige-se novamente ao Dr. Nilo Peçanha”. **O Fluminense**, 07/09/1916, p.1.

¹⁰⁹ “Combate ao Analfabetismo. A Liga Fluminense”. **O Fluminense**, 25/11/1916, p.2. Em 1918, segundo informações do secretário da Sociedade Beneficente Amparo Operário Coronel Xavier Baptista Júnior, a escola por ela mantida possuía 63 alunos matriculas com freqüência de 40 em média.

¹¹⁰ “Contra o Analfabetismo”. **O Fluminense**, 23/10/1916, p.1

¹¹¹ “Combate ao Analfabetismo”. **O Fluminense**, 28/05/1917, p.1.

Em 1918, na Assembléia Legislativa, as idéias da Liga continuariam a encontrar respaldo como, por exemplo, no projeto apresentado pelo Coronel José Ferreira de Aguiar sobre quota contratual que o governo deveria retirar da Companhia Integridade Fluminense (Concessionária das Loterias) ou de outra verba para ao Instituto de Assistência à Infância de Niterói.

Ao analisarmos as mensagens dos presidentes do estado do Rio de Janeiro entre 1915 e 1919, não encontramos referência à Liga Fluminense Contra o Analfabetismo, entretanto, estas mensagens chamam a atenção para um movimento em favor da difusão do ensino primário que estava tomando o estado.

Em 1915, preocupado com a instrução no estado, o Dr. Nilo Peçanha destacava que *“um meio de conseguir esse fim (a difusão do ensino primário) estava na subvenção às escolas já instaladas em zonas rurais e regidas por mestres habilitados, conhecidos na localidade”*.¹¹² Em 1916, é ainda Nilo Peçanha quem afirma que *“a difusão do ensino vai, pois, se tornando uma realidade auspiciosa no Estado, como se vê da estatística de matrícula e frequência”*.¹¹³ Para o presidente do estado *“alguns municípios, os mais prósperos, muito poderiam auxiliar a ação do governo”*. Neste sentido, ressalta que a população de Miracema, em Santo Antônio de Pádua e a prefeitura de São Gonçalo, vêm dar uma prova dos sentimentos que os animam em relação à educação de seus filhos, resolvendo a construção de edifícios higiênicos para os Grupos Escolares de Miracema e da vila de São Gonçalo. *“Seria de desejar que tão patriótica iniciativa fosse imitada pelas demais municipalidades, em uma mesma louvável união de sentimento com o Estado, o que permitiria a realização de um dos mais importantes pontos da reforma do ensino”*.¹¹⁴ Fica evidente a partir destas citações uma consonância entre a iniciativa privada e os desejos do governo em prol da educação no estado do Rio.

O Dr. Agnello Geraque Collet em mensagem referente ao de 1917 aponta que em Pádua e Itaocara, comerciantes e industriais, lavradores e proprietários, haviam construído um grande *“comitê”* que estaria efetivando a construção de prédios escolares, acompanhando o belo movimento que se alastrava pelo norte

¹¹² **Mensagem do Presidente do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio de Rodrigues & C, 1915.

¹¹³ Através das estatísticas sobre matrícula e frequência, aponta-se um aumento de mais de 60% da frequência se comparada ao ano anterior. **Mensagem do Presidente do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio de Rodrigues & C, 1916. pp. 22-23

¹¹⁴ **Idem**.

fluminense; movimento do qual fazem parte nacionais e estrangeiros, bem como políticos de todos os matizes.¹¹⁵ Em sua mensagem acerca do ano de 1918, o presidente do estado Geraque Collet, chama novamente a atenção para um assentado movimento de progresso na instrução primária do estado.¹¹⁶

Vale destacar que cada chefe do Poder Executivo, ao elaborar suas mensagens nos anos analisados, faz questão de enfatizar que um grande movimento em favor da difusão primária no estado estava em andamento e que, na medida do possível, avanços estavam sendo obtidos. Entretanto, no que concerne aos resultados obtidos em termos da redução do analfabetismo a associação não obteve sucesso muito expressivo. Os índices continuariam elevados: segundo dados de 1919 sobre o índice de analfabetismo no Estado do Rio este atingia os 76,9%.¹¹⁷

4.1.2.3 Compartilhando valores cívico-nacionalistas.

Estando inserida em um contexto mais amplo que se refere a uma perspectiva de se pensar a realidade brasileira e propor soluções para que se construísse a nação, a Liga Fluminense mantinha contato com outros movimentos.

Antenada não apenas com aspectos referentes a transformações educacionais, a Liga estabeleceria relação com o projeto que os higienistas começavam a desenvolver naquele momento, enviando ofício aos chefes da Missão Rockefeller e ao Instituto de mesmo nome, aplaudindo seu empenho no combate às moléstias endêmicas no estado do Rio de Janeiro.¹¹⁸ Aqui retomamos o contexto de preocupação com o saneamento rural que marcou as décadas de 1910/20, explorado em capítulo anterior. Conforme destacamos, o projeto dos higienistas para transformar o Brasil acreditava que somente através da saúde o país se civilizaria. O ano de 1916 foi importante para esse movimento uma vez que este foi o ano de publicação do Relatório da expedição realizada por Artur Neiva e Belisário Pena ao interior do Brasil.

¹¹⁵ **Mensagem do Presidente de Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio de Rodrigues & C, 1917. pp. 9-10.

¹¹⁶ **Mensagem do Presidente do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Comércio de Rodrigues & C, 1918. pp. 9-12

¹¹⁷ “O recenseamento da população infantil do 2º distrito. O que disse o Dr. Teixeira Leite”. **O Fluminense**, 17/05/1919, p.1.

¹¹⁸ “Combate ao Analfabetismo. A Liga Fluminense”. **O Fluminense**, 25/11/1916, p.2

Um elemento interessante a ser incorporado nesta reflexão acerca da interlocução da Liga Contra o Analfabetismo com outros movimentos é a fundação em 29 de janeiro de 1917 do Diretório Estadual da Liga da Defesa Nacional, cujo presidente viria a ser o mesmo da Liga Fluminense de combate ao analfabetismo (Leopoldo Teixeira Leite).¹¹⁹ Este fato nos leva a estabelecer uma relação de proximidade entre estes dois projetos. Esta proximidade já havia sido suscitada, anteriormente, no momento da fundação da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, uma vez que esta faz um chamado especial aos militares no combate ao analfabetismo. Os ideais difundidos pela campanha da Liga de Defesa foram apontados ainda como impulsionadores na fundação da Liga em Sergipe, conforme destacamos acima.

Apesar de não ser possível precisar quão amalgamadas estavam estas duas associações no estado do Rio de Janeiro, podemos pontuar questões que ajudam a estabelecer algumas relações. Além do fato de o presidente da Liga Contra o Analfabetismo ser também presidente do Diretório fluminense da Liga de Defesa Nacional, vale destacar o envolvimento de membros como Luiz Palmier na instalação da linha de tiro em São Gonçalo¹²⁰ e na Federação Fluminense de Escoteiros. A fundação de linhas de tiros e de associações de escoteiros, como já apontamos, fazia parte dos objetivos da Liga de Defesa Nacional, estando inclusive presente em seu estatuto.

Aqui, faz-se necessária uma reflexão acerca da atuação dos intelectuais que estiveram à frente da campanha fluminense em combate ao analfabetismo e esta reflexão talvez nos permita melhor compreender a configuração deste universo de informações congregadas na coluna destinada à Liga Fluminense. O que apreendemos é que ações da Liga estão entrelaçadas com as ações de dois personagens fundamentais: Luiz Palmier¹²¹ e Leopoldo Teixeira Leite. O primeiro, sobretudo, se fez presente nas instalações de Ligas locais, envolvendo-se com instituições diversas, sendo, do nosso ponto de vista, o membro mais atuante da Liga Fluminense. Nossa análise foi, assim, em diversos momentos,

¹¹⁹ “Liga de Defesa Nacional. O Diretório do estado do rio de Janeiro”. **O Fluminense**, 02/03/1917, p.1. Em seu programa, o Diretório Regional da Liga da Defesa Nacional incluía o combate ao analfabetismo. “Liga Fluminense Contra o Analfabetismo”. **O Fluminense**, 02/05/1917, p.1.

¹²⁰ “A instalação da Linha de Tiro em São Gonçalo”. **O Fluminense**, 18/11/1917, p.1 e “Tiro de Guerra em São Gonçalo”. **O Fluminense**, 25/03/1918, p.1.

¹²¹ Sobre as diversas ações de Luiz Palmier durante a Primeira República ver Luís Reznik (org.). **O intelectual e a cidade: Luiz Palmier e a São Gonçalo Moderna**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

costurada por elementos que vêm à tona a partir das ações e informações obtidas através deste membro que em seus artigos publicados nos periódicos da época dava suas impressões sobre o movimento que tomava o estado do Rio.

Vale fazermos ainda algumas considerações acerca da educação a ser difundida pela Liga Fluminense, assim como de algumas preocupações que envolveram seus membros. Em outubro de 1916, a Liga organizou uma primeira conferência, realizada no edifício da Associação Comercial, cujo tema foi “Família, Escola e Pátria”. O tema da conferência nos leva novamente a refletir acerca dos objetivos da Liga. Estes não estavam ligados apenas a aspectos quantitativos do combate ao analfabetismo, havia uma grande preocupação em qualificar o ensino, educando de forma integral. Uma segunda conferência teria como tema “Saúde do corpo e saúde do espírito”, sendo realizada por J. Demoraes.¹²² Neste sentido, vale a pena retomar os três pilares – Saúde, Moral e Trabalho – sob os quais se apoiava a qualidade da educação a ser ministrada nos moldes da Associação Brasileira de Educação. Nosso intuito não é o de equiparar a Liga Contra o Analfabetismo à ABE, mas apenas sublinhar que algumas preocupações com esta educação considerada de qualidade já despontam na década de 1910.

Em sessão ordinária noticiada no dia 12 de maio de 1918, a Liga Fluminense Contra o Analfabetismo se reuniu para discutir um assunto considerado pela diretoria como de máxima importância para o desenvolvimento da instrução no estado: o aumento do ordenado dos professores. Por unanimidade foi resolvido que a Liga deveria propor ao governo e à Assembléia Fluminense que fosse aumentado o ordenado dos professores das zonas rurais. Nesta mesma reunião, discutir-se-ia acerca da constituição do Conselho de Educação. Sobre este assunto, chegou-se ao consenso de que a intervenção da União na instrução primária deveria existir, mas de modo apenas indireto. Esta sessão ordinária, organizada para tratar de questões específicas referente à educação no estado como a situação salarial dos professores e sobre a organização de um Conselho de Educação, deixa transparecer que a preocupação dos membros da Liga abarcava temas que iam além do “ensinar a ler e escrever”.

¹²² “Liga Fluminense Contra o Analfabetismo”. **O Fluminense**, 09/10/1916, p.1 e 28/11/1916, p.1

4.1.2.4 A importância da fundação de Caixas Escolares

Conforme já observamos, as escolas primárias durante o período imperial funcionavam de forma precária, na maioria das vezes, a escola funcionava na casa do professor, compreendendo apenas uma sala de aula. Esta precariedade permanece, sendo raras algumas exceções, durante a Primeira República. Neste sentido, a Liga ora analisada demonstraria sua inquietação acerca destas condições educacionais, enfatizando idéias como a fundação de Grupos e Caixas Escolas que objetivavam transformar o quadro de precariedade.

Acerca das Caixas Escolares, é importante percebermos que estas constituem elementos interessantes a serem analisados no contexto em questão. O projeto de instalação de Caixas Escolares e de Caixas Econômicas Escolares remete-nos ao final do Império e ao início da República, entretanto, foi no ambiente de mobilização nacionalista das décadas de 1910-20 que tais instituições ganharam relevância e intensidade, entrando em consonância com o movimento em favor da instrução primária e de erradicação do analfabetismo. A revista mensal “A Escola Primária” publicada sob a direção dos inspetores escolares do Distrito Federal, cujo primeiro número é de outubro de 1916, apresenta-nos um artigo sob o título “Caixa Escolar”, onde define bem o que representavam tais associações que eram:

[...] meio pública, meio privada, que a si mesma se administra, gozando de personalidade civil, não tendo outros estatutos senão os que ela própria organiza, a que todas as pessoas de bem e que se interessam pela infância podem trazer o seu óbolo e, o que vale mais ainda, a sua afeição.¹²³

De acordo com o mesmo artigo de “A Escola Primária”, desde 1893 se procurava implantar no Distrito Federal Caixas Escolares, mencionando, inclusive, algumas destas instituições já enraizadas na cidade do Rio de Janeiro – nos 2º, 3º, 6º, 9º, distritos e as que se seguiram no 1º distrito (Caixa Azevedo Sodré), no 5º (Olavo Bilac), no 8º (Fabio Luz), no 14º (Augusto Vasconcelos), no 16º (Pinheiro Machado), no 17º (Rivadavia Corrêa) e no 19º (D. Pedro II), além

¹²³ “Caixa Escolar” In: **A Escola Primária**, Ed. Francisco Alves & C. Ano 1, n.1, p.5. Outubro de 1916.

das que estavam sendo organizadas no 7º, 11º, 10º, 12º e 13º distrito. Entretanto, vale ressaltar que o que queremos evidenciar é a maneira como o movimento de criação de Caixas Escolares ganha proporções maiores a partir da década de 1910, passando a alcançar todo o território brasileiro e não apenas a capital federal. Isto é bastante significativo tendo em vista que a realidade da cidade do Rio (enquanto capital do país) é bastante diferente de outras regiões do Brasil.

Para além dos aspectos presentes na análise da atuação da Liga Fluminense Contra o Analfabetismo feita até aqui – solicitações por escolas para diversos municípios e criação destas seja pelo governo municipal ou estadual ou por outras vias – é em 1918 que a criação de Caixas e Grupos Escolares¹²⁴ se consolida, tomando praticamente todo o Estado do Rio de Janeiro e contando com apoio governamental. Estes dois aspectos trazem à tona preocupações que seriam enfocadas posteriormente pelos movimentos em prol da educação, estando a idéia da edificação de Grupos Escolares associada à um anseio por melhores condições escolares.

Um dos primeiros Grupos Escolares fundados no período analisado foi o Nilo Peçanha em São Gonçalo. A partir daí seguiria-se a criação de Grupos Escolares em Pirai (nomeado Martins Teixeira, segundo consta no relatório do presidente da Câmara Dr. Domingos Mariano) e em Rio Bonito (Grupo Escolar Barão do Rio Branco). Havendo também Grupos Escolares em Teresópolis (Grupo Escolar Euclides da Cunha), Cantagalo (Grupo Escolar Inocêncio de Andrade) e Paraíba do Sul (Grupo Escolar Andrade Figueira).

Ao governo se pediria ainda a criação de um Grupo Escolar em Nova Iguaçu, em Entre Rios (distrito de Paraíba do Sul com população superior à sede do município) e em Neves, bairro gonçalense onde havia maior densidade populacional e que já contava com casa apropriada para a instalação do Grupo.¹²⁵

Percebe-se que as preocupações da Liga Fluminense com uma educação integral e com a difusão de Caixas e Grupos Escolares não representavam algo isolado, visto que tais temas foram focados por outros movimentos de combate ao analfabetismo que se desenvolveram por todo o Brasil. Entretanto, o que

¹²⁴ Segundo Relatório da Diretoria de Instrução Pública de 1900, “obedecendo à modernidade pedagógica”, em cumprimento à lei no. 376 de 23/12/1897 o governo criou alguns Grupos Escolares (“Menezes Vieira”, “Barão de Macahubas”, “Barão de Tautphoeus”, “Honorato de Carvalho” e “Alonso Adjuto”). Entretanto, é no contexto da Liga Fluminense Contra o Analfabetismo que a criação de Grupos Escolares ganha destaque.

¹²⁵ **Ibid.**

destacamos no caso específico da Liga Fluminense Contra o Analfabetismo é que a criação de Caixas Escolares acabou por representar a consolidação de um projeto de combate ao analfabetismo para os fluminenses. Vejamos:

O dever do estado, de manter para a instrução popular escolas elementares, profissionais e de ensino secundário pode ter sempre a eficaz cooperação da iniciativa particular, reunindo-se os esforços para o combate ao analfabetismo; e esse auxílio pode ser traduzido por esforço individual ou coletivo, que leve para as escolas as crianças que não as freqüentam mas que já precisam dos benefícios da instrução, sendo certo que um dos fatores da diminuição da freqüência é a falta de recursos dos pais dos alunos, que não dispõem dos meios de os proverem de vestuário e calçado. Atentando a isso e a que é necessário velar pela saúde das crianças, que serão futuros mantenedores da nacionalidade brasileira; e mais ainda, a que a par do impulsionamento da freqüência escolar, cabia ao governo procurar fomentar a economia entre os que recebem instrução nos estabelecimentos do estado, de modo que desde a infância observem a prática da previdência, tivemos a honra de submeter à vossa assinatura o projeto instituindo as Caixas Escolares e as Caixas Econômicas Escolares.¹²⁶

As Caixas Escolares representaram uma preocupação para a Liga Fluminense Contra o Analfabetismo desde sua fundação, sendo elemento essencial para que seu projeto se materializasse. Segundo o decreto nº 1616, de 05 de julho de 1918 (este decreto colocava em execução a Lei nº 1169 de 29 de outubro de 1913), caberia às Caixas Escolares:

- 1) Procurar conhecer quais os menores do distrito que não freqüentavam a escola e remover os motivos que os privavam de receber instrução;
- 2) Auxiliar pecuniariamente, ou pelos meios que sua administração julgar mais convenientes, a manutenção dos alunos pobres;
- 3) Custear a instituição do “copo de leite” em benefício dos alunos pobres;
- 4) Distribuir vestuários e calçados aos alunos pobres;
- 5) Promover a colocação de alunos débeis e enfraquecidos nas colônias de férias, desde que estas existam em virtude da lei;

¹²⁶ Projeto referente à criação das Caixas Escolares e Caixas Econômicas Escolares apresentado ao Presidente do Estado. Relatório apresentado ao Presidente do Estado pelo secretário Geral Dr. José Mattoso Maia Forte em 1918, p.39-41. As Caixas Econômicas Escolares destinavam-se a receber as economias dos alunos para lhes serem restituídas no fim do ano letivo, habilitando-os ao exercício da previdência, sendo inteiramente separadas das Caixas Escolares. Sobre estas últimas, ver também “Caixa Escolar no Estado do Rio”. **O Fluminense**, 07/07/1918, p.1.

- 6) Promover passeios instrutivos nos parques, jardins e museus, etc, fornecendo a respectiva condição aos alunos;
- 7) Promover a criação e educação da Legião dos Bandeirantes (boy-scouts);
- 8) Fornecer prêmios para serem distribuídos aos alunos das escolas que mais se distinguirem pelo seu bom comportamento e aplicação nos estudos;
- 9) Promover o culto da bandeira e a celebração das festas cívicas.

Os itens acima numerados representam uma síntese do projeto da Liga Contra o Analfabetismo para o estado do Rio de Janeiro (e para a Nação), ao enfatizarem a importância de manter os alunos nas escolas, garantindo sua frequência através de auxílio alimentar e de vestuário. Além disto, um destaque especial foi dado à formação cívica destes futuros cidadãos, que deveriam cultivar nossa bandeira e celebrar as festas cívicas, estando também envolvidos com atividades ligadas ao escotismo. É com a instalação das Caixas Escolares, entendidas como um desdobramento das atividades da Liga Fluminense Contra o Analfabetismo, que se consolida a idéia de uma instrução intimamente ligada ao discurso cívico-patriótico.

De acordo com o decreto de 05 de junho de 1918, sessões iniciais seriam realizadas pelos professores de cada distrito visando a fundação das Caixas Escolares no estado. Nas cidades e vilas, haveria uma Caixa Escolar para cada distrito, uma Caixa única nos distritos rurais cujas escolas estivessem próximas. Se as escolas não fossem próximas, as caixas deveriam funcionar separadamente. Escolas Normais de Campos e Niterói teriam cada uma sua Caixa Escolar. As ações do governo sobre as Caixas Escolares só se daria em casos muito restritos, estas gozariam da mais ampla autonomia para eleger sua administração e empregar nos fins regulamentares os recursos obtidos.

Os municípios fluminenses seriam agora tomados pelas Caixas Escolares que seriam instaladas em diversos municípios¹²⁷, fato que teria máximo valor para os membros da Liga Fluminense Contra o Analfabetismo.

Não podemos deixar de mencionar que o Dr. Luiz Palmier seria presidente da Caixa Escolar do 1º distrito de São Gonçalo, cuja posse da diretoria contaria com a presença do Coronel Mattoso Maia Forte (Secretário Geral do Estado)

¹²⁷ Ver ANEXOS VI e VII.

representando o governo estadual. Naquela ocasião, Maia Forte comunicaria que o Dr. Nilo Peçanha (patrono da Caixa Escolar) colocaria à disposição da tesouraria 150\$000, sendo proclamado o primeiro sócio benemérito daquela instituição.¹²⁸ O presidente da Liga Fluminense, Leopoldo Teixeira Leite, também seria responsável por uma Caixa Escolar: a do 2º distrito de Niterói. A Caixa Escolar do 1º distrito de Niterói, ao que indicam os jornais, contava com muitos adeptos e realizava diversas atividades para angariar fundos, tendo como presidente Levi Carneiro.

Ao publicar em “O Fluminense” suas impressões sobre o “movimento vibrante” de instituições das Caixas Escolares no estado do Rio, o Sr. Edmundo March nos permite vislumbrar a aceitação que a idéia obteve. Constituindo o “*mais poderoso elemento de combate ao analfabetismo*”, as Caixas Escolares conseguiriam “*o apoio de interessados e indiferentes, congregando em volta de si, na mais louvável promiscuidade, elementos de todas as classes sociais, de todos os matizes políticos, de todas as crenças religiosas*”. Segundo o autor, este era um movimento estreitamente ligado à formação da nossa sociedade e pela defesa e integridade do progresso de nossa pátria, uma vez que englobava a educação intelectual, moral e cívica dos brasileiros.¹²⁹

O Presidente do estado Dr. Raul de Moraes Veiga em mensagem elaborada no ano de 1919 se refere às Caixas Escolares, destacando que “*é de se esperar que a persistência na propaganda que vai sendo feita sobre os benefícios de tão útil instituição, e a boa compreensão do regulamento que lhe deu vida, facilitem a instalação de novas Caixas Escolares e o desenvolvimento das que se acham funcionando*”.¹³⁰ A análise da atuação das Caixas Escolares no Estado Rio é um caminho ainda a ser trilhado pelos historiadores que pretendem melhor compreender ações educacionais na Primeira República, requerendo, assim, uma outra pesquisa.

A partir do ano de 1919, o movimento em favor do combate ao analfabetismo no estado do Rio de Janeiro perderia sua força. Não podemos afirmar com exatidão o motivo para este enfraquecimento, uma vez que os jornais

¹²⁸ “Caixa Escolar Nilo Peçanha. A posse da diretoria”. **O Fluminense**, 04/08/1918, p.2.

¹²⁹ Edmundo March, “Caixas Escolares”. **O Fluminense**, 31/08/1918, p.1.

¹³⁰ **Mensagem do Presidente do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Comércio de Rodrigues & C, 1919. pp. 23-35.

simplesmente deixam de publicar notícias acerca da Liga que nos serve de objeto de análise. Entretanto, em lugar desta associação – ou mesmo como seu legado – ficam as Caixas Escolares. Estas permaneceriam ativas nos municípios por um longo período. Festivais e outros eventos em favor das Caixas passariam a ser realizados já em 1918, levando adiante os propósitos da Liga Fluminense Contra o Analfabetismo.

Assim, encerramos nossa análise acerca da fundação e atuação de Ligas de combate ao analfabetismo nos estados brasileiros, instituições que pretendiam por fim ao grande mal que assolava o Brasil e que promoveram um amplo movimento em cada estado envolvido declarando guerra contra o analfabetismo, chamando a atenção para a necessidade de melhor instruir os brasileiros.